Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 8
1.5 Principais clientes 9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 13
1.10 Informações de sociedade de economia mista 16
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 18
1.13 Acordos de acionistas 19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 21
1.16 Outras informações relevantes 22
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 23
2.2 Resultados operacional e financeiro 33
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 36
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 37
2.5 Medições não contábeis 38
2.6 Eventos subsequentes as DFs 39
2.7 Destinação de resultados 40
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 42
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 43
2.10 Planos de negócios 44
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 48
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 49
3.2 Acompanhamento das projeções 50

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 51
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 67
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 68
4.4 Processos não sigilosos relevantes 72
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 77
4.6 Processos sigilosos relevantes 78
4.7 Outras contingências relevantes 79
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 80
5.2 Descrição dos controles internos 81
5.3 Programa de integridade 83
5.4 Alterações significativas 90
5.5 Outras informações relevantes 91
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 92
6.3 Distribuição de capital 97
6.4 Participação em sociedades 98
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 99
6.6 Outras informações relevantes 101
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 102
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 103
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 104
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 105
7.4 Composição dos comitês 113
7.5 Relações familiares 114
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 115
7.7 Acordos/seguros de administradores 116
7.8 Outras informações relevantes 117
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 118

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 119
8.3 Remuneração variável 123
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 124
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 125
8.6 Outorga de opções de compra de ações 126
8.7 Opções em aberto 127
8.8 Opções exercidas e ações entregues 128
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 129
8.10 Outorga de ações 130
8.11 Ações entregues 131
8.12 Precificação das ações/opções 132
8.13 Participações detidas por órgão 133
8.14 Planos de previdência 134
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 135
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 136
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 137
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 138
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 139
8.20 Outras informações relevantes 140
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 141
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 142
9.4 Outras informações relevantes 143
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 144
10.1 Descrição dos recursos humanos 146
10.2 Alterações relevantes 147
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 148
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 149
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 150
10.5 Outras informações relevantes 151
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 152
11.2 Transações com partes relacionadas 153
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 161
11.3 Outras informações relevantes 163
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 164
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 165
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 166
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 167
12.5 Mercados de negociação no Brasil 168
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 169
12.7 Títulos emitidos no exterior 170
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 171
12.9 Outras informações relevantes 172
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 173
13.1 Declaração do diretor presidente 174
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 177
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 180

1.1 Histórico do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EXERCÍCIO SOCIAL 2025 -.- ICVM 27936 -.- CNPJ 47.155.252/0001-53

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.



Corredor Logístico Estratégico -.- 473 Km -.- Conexão (BR/PY/AR) -.- Curitiba (PA) → Porto de Paranaguá -.- Concessão 30 Anos

R$563M
Rec.Operacional Líquida Ajustada, ex- IFRS Construção
▲38,9% vs 2024

R$351M
EBITDA Ajustado
Margem 62,2%

R$52M
Lucro Líquido
▲36,9% vs 2024

R$820M
Patrimônio Líquido
▲6,7% vs 2024

R$284M
Caixa e Equivalentes
▲43,1% vs 2024

R$322M
CAPEX 2025

Contrato ANTT Lote 1/2024 | Concessão 30 anos (2024-2054) | Data-base 31/12/2025 | Publicação 29/05/2026 | ri.viaaraucaria.com.br

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1 Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Via Araucária é uma companhia brasileira, constituída em 14 de julho de 2022, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná. A empresa atua como concessionária responsável pela operação, manutenção, monitoramento e modernização do Lote 1 do Sistema Rodoviário do Paraná.

Integrante do grupo Patria Investimentos, a Via Araucária venceu, em agosto de 2023, a concorrência pública para administrar 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais. Esse trecho inclui os contornos Norte e Sul de Curitiba, as interligações entre municípios da Região Metropolitana e a rota que conecta a capital a Guarapuava, no Centro-Sul do Estado, entre outros segmentos estratégicos.

Em 10 de outubro de 2025, a companhia obteve registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM - 27936). E pelo prazo em contrato de 30 anos, a concessionária se compromete a investir R$ 7,9 bilhões em obras de expansão e modernização da malha viária sob sua gestão, além de destinar R$ 5,2 bilhões à operação.

Em 2025, a Via Araucária consolidou-se como um dos principais agentes de transformação da infraestrutura rodoviária do Paraná. No segundo ano da concessão, a concessionária demonstrou capacidade técnica, responsabilidade operacional e eficiência na execução de obras de grande porte, com múltiplas frentes de trabalho simultâneas, entregamos eficiência e segurança para quem trafega em nossas rodovias.

1.1 Histórico do emissor

Marco Histórico: 2022 – 2026

Jul 2022	Constituição da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. como sociedade por ações, com sede em Curitiba/PR (CNPJ 47.155.252/0001-53).
Ago 2023	Vitória no certame público para o Lote 1 do Sistema Rodoviário do Paraná, com proposta vencedora apresentando desconto de 18,25% sobre a tarifa básica de pedágio.
Jan 2024	Assinatura do Contrato de Concessão em 30 de janeiro de 2024 com o Governo Federal, por intermédio da ANTT. Prazo: 30 anos (2024–2054). Compromisso de investimento: R$7,9 bilhões em obras + R$5,2 bilhões em operação.
Fev 2024	Início da operação em 28 de fevereiro de 2024 com entrega de 9 Bases de Serviços Operacionais (BSOs) e frota de 47 veículos (ambulâncias UTI, guinchos, viaturas de inspeção, caminhões-pipa).
Mar 2024	Início da arrecadação de pedágio em 23 de março de 2024 nas 5 praças: São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).
Jun 2025	Início das obras de duplicação da PR-418 (Contorno Norte de Curitiba) — 1ª obra de duplicação do Lote 1 e de todo o novo programa de concessões do Paraná. 400 colaboradores em campo.
Jul 2025	Início da construção do 1º Ponto de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros no km 261 da BR-277 em Irati/PR (18.000 m², 52 vagas, funcionamento 24h).
Set 2025	Início das obras de duplicação da PR-423 (Araucária–Campo Largo, 25,98 km, R$230M) e vias marginais do Contorno Sul (6 km, BR-376).
Out 2025	Obtenção do registro perante a CVM (nº 27936) em 10 de outubro de 2025, como companhia fechada na categoria B.
Dez 2025	Início da duplicação da BR-277 em Palmeira e Irati (27,5 km, R$230M, previsão fev/2027). Quarta grande obra ativa. Contorno Norte atinge 40% de avanço com início da pavimentação.
2026 →	CAPEX previsto: continuidade de obras, licenciamento ambiental para demais trechos da BR-277, ampliação das BSOs e infraestrutura de monitoramento. Inauguração do PPD de Irati prevista para fevereiro de 2026.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. Atividades do Emissor

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Concessão

A **Via Araucária** tem por objeto social a exploração, mediante concessão onerosa, responsável pela operação, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, melhorias, ampliação da capacidade e garantia do nível de serviço do sistema rodoviário Lote 1, conforme o Edital nº 01/2023, concedido pelo governo do estado do Paraná por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Isso abrange toda a faixa de domínio da rodovia, acessos, alças, pistas, acostamentos, obras especiais e áreas operacionais e administrativas ligadas à concessão do Sistema Rodoviário.



O contrato de concessão prevê o prazo de 30 anos, detendo até 2054, a concessão das rodovias federais BR277/373/376/476 e estaduais PR-418/423/427 do Lote 1 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, abrangendo 473 quilômetros de rodovias. Esse trecho inclui os contornos Norte e Sul de Curitiba, as interligações entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba e a rota entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, entre outros segmentos viários.

A malha viária administrada pela Via Araucária atravessa 18 municípios das regiões Centro-Sul, metropolitana e Campos Gerais e fazem parte da conexão entre o Porto de Paranaguá maior porto exportador de produtos agrícolas do Brasil – a Região Metropolitana de Curitiba e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai nos termos do Edital de Concessão n° 1/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

As praças de pedágio estão localizadas em São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).

O início da concessão ocorreu em 28 de fevereiro de 2024. A Companhia tem, de modo geral, investido na restauração do pavimento, na poda e capinação dos trechos em que tais serviços se mostrem necessários, na ampliação de seu corpo de viaturas para atendimento aos usuários dos sistemas (englobando ambulâncias, guinchos, veículos de inspeção, dentre outros), bem como na modernização de tais trechos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Presença Geográfica



Rodovia	Descrição	Municípios-chave	Função Estratégica	Praça de Pedágio
BR-277	Curitiba→Prudentópolis	Curitiba, Balsa Nova, Campo Largo, São Luiz do Purunã, Palmeira, Irati, Prudentópolis	Eixo logístico central: Tríplice Fronteira → Curitiba	São Luiz do Purunã, Porto Amazonas, Irati
BR-373	Ponta Grossa→Prudentópolis	Ponta Grossa, Ipiranga, Imbituva, Prudentópolis	Ligação Campos Gerais—Centro-Sul	Imbituva
BR-376	Curitiba (Contorno Sul)	Curitiba (Pinheirinho)	Contorno Sul — distribuição urbana RMC	—
BR-476	Curitiba→Lapa	Curitiba (Araucária), Contenda, Lapa	Acesso industrial sudoeste de Curitiba	Lapa
PR-418	Contorno Norte Curitiba	Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo	Contorno Norte — mobilidade RMC	—
PR-423	Araucária→Campo Largo	Araucária, Balsa Nova, Campo Largo	Ligação BR-476 às BRs-277 e 376	—
PR-427	Lapa→Palmeira	Lapa, Porto Amazonas, Palmeira	Ligação Lapa→Campos Gerais	—
TOTAL	**473 km**	**18 municípios**	**7 rodovias (4 federais + 3 estaduais)**	**5 praças de pedágio**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Receitas de Pedágio

As receitas de pedágio da Companhia tiveram início de cobrança em 23 de março de 2024 (10 dias após o termo de autorização, conforme cláusula 19.1.3 do contrato de concessão) no sistema que compreende o perímetro de 473 quilômetros entre os municípios de Curitiba-PR e Irati-PR.

Contrato de Concessão

Tipo de Contrato	Contrato de Concessão Comum de Rodovias Federais
Concessionária	Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.
Poder concedente	União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - (ANTT)
Objeto	O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, no prazo e nas condições previstas no Contrato e no PER, segundo o Escopo, os Parâmetros de Desempenho e os Parâmetros Técnicos estabelecidos
Data de Assinatura	30 de janeiro de 2024
Prazo da Concessão	30 (trinta) anos contados a partir da Data da Assunção, caracterizada pela assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens.
Valor do Contrato	O contrato é remunerado mediante às receitas auferidas pela concessionária na exploração da concessão.
Forma de Remuneração	A principal fonte de receita da Concessionária decorre da cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas, nos termos deste Contrato.

Para todos os efeitos a Companhia não possui controladas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1 Atividades do Emissor

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1 Atividades do Emissor

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.5 Principais clientes

1 Atividades do Emissor

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1 Atividades do Emissor

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

A Companhia não realiza doações ou contribuições financeiras, seja diretamente ou por meio de terceiros, para campanhas políticas, partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou entidades de lobby. Essa prática está em conformidade com a Lei nº 9.504/97 - Art. 24, que veda qualquer doação de concessionárias de serviços públicos para partidos políticos ou campanhas eleitorais.

Além disso, a Companhia proíbe expressamente a realização de doações, patrocínios ou qualquer tipo de contribuição que possa ser interpretada como apoio político, seja em nome próprio ou de empresas do seu grupo econômico. Essa diretriz está prevista no Código de Conduta Ética da Via Araucária, documento que orienta todas as práticas de governança e integridade corporativa.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1 Atividades do Emissor

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1 Atividades do Emissor

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1 Atividades do Emissor

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a) Indicar se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, passará a divulgar informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

b) Indicar a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

c) Indicar se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, o relatório ou documento passará a ser auditado ou revisado por entidade independente.

d) Indicar se a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, passará a divulgar o relatório ou documento na rede mundial de computadores.

e) Indicar se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. Assim que adequado, considerará a divulgação da matriz de materialidade e indicadores chaves de desempenho, ambos já existentes na companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f) Indicar se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a considerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e materiais para o negócio.

g) Indicar se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. e passará a considerar as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A concessionária possui inventário nos escopos 1, 2 e 3, tem seu relatório auditado por entidade independente e obteve selo ouro no Programa GHG Protocol referente aos inventários de 2024, e está em trâmites para obtenção do selo ouro no inventário de 2025. Os detalhes podem ser levantados no endereço: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/8598

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Companhia está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2, e passará a publicar informações de ASG em relatórios anuais ou documentos específicos.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A empresa possui indicadores-chaves de desempenho ASG e passará a publicar em atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A empresa possui indicadores-chaves de desempenho ASG e passará a publicá-los em atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia não atende a esse item em decorrência do citado no item **"i"** acima.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A concessionária está fase de adequação para atendimento às diretrizes do IFRS S1 e S2. No entanto, considera os ODS e atende parte das recomendações climáticas emanadas pelo TCFD ou outras entidades reconhecidas.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A concessionária possui inventário nos escopos 1, 2 e 3, tem seu relatório auditado por entidade independente e obteve selo ouro no Programa GHG Protocol referente aos inventários de 2024, e está em trâmites para obtenção do selo ouro no inventário de 2025. Os detalhes podem ser levantados no endereço: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/8598

Ambiental	Social	Governança
Selo Ouro GHG Protocol 2024	Atendimento 24h em 473 km	ISO 37001 — antissuborno (2025)
Inventário GEE Escopos 1, 2 e 3	47 veículos operacionais	Código de Conduta Ética
Auditoria independente	9 BSOs implantadas	Canal de Ética (Contato Seguro)
Selo Clima Paraná 2025	PPD Irati (18.000 m²)	0800 810 8134
Aterro Zero — nível Bronze	ISO 37001 (antissuborno)	Zero denúncias confirmadas
1º Relatório IFC (2025)	Programas comunidades lindeiras	Compliance Officer ativo desde 2024

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1 Atividades do Emissor

1.10 Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista
Não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1 Atividades do Emissor

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício social de 2025 e anterior, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1 Atividades do Emissor

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Na data base 31 de dezembro de 2025, não houve qualquer operação de fusão, cisão e incorporação, tampouco aumento ou redução do capital social.

1.13 Acordos de acionistas

1 Atividades do Emissor

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No ano de referência deste Formulário, não houve indicações de celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1 Atividades do Emissor

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No ano de referência desse Formulário, não ocorreram alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1 Atividades do Emissor

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No ano de referência deste Formulário, nenhum contrato relevante foi celebrado pela companhia, exceto aqueles diretamente relacionados às atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1 Atividades do Emissor

1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que todas as informações relevantes já foram relacionadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As informações apresentadas neste item foram extraídas de nossas demonstrações financeiras. A análise conduzida por nossos Diretores, que esclarece os resultados obtidos e as razões das variações nas contas patrimoniais, reflete uma avaliação criteriosa dos impactos dos dados apresentados sobre nossa posição financeira. É importante destacar que, embora essa análise ofereça uma visão fundamentada, não há garantias de que a situação financeira e os resultados alcançados no passado se repitam no futuro.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, estão alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) e foram auditadas por auditores independentes, assegurando transparência e credibilidade às informações apresentadas.

Os termos **"AH"** e **"AV",** presentes nas colunas de determinadas tabelas do item 2 deste formulário de referência, significam **"Análise Horizontal"** e **"Análise Vertical"**, respectivamente.

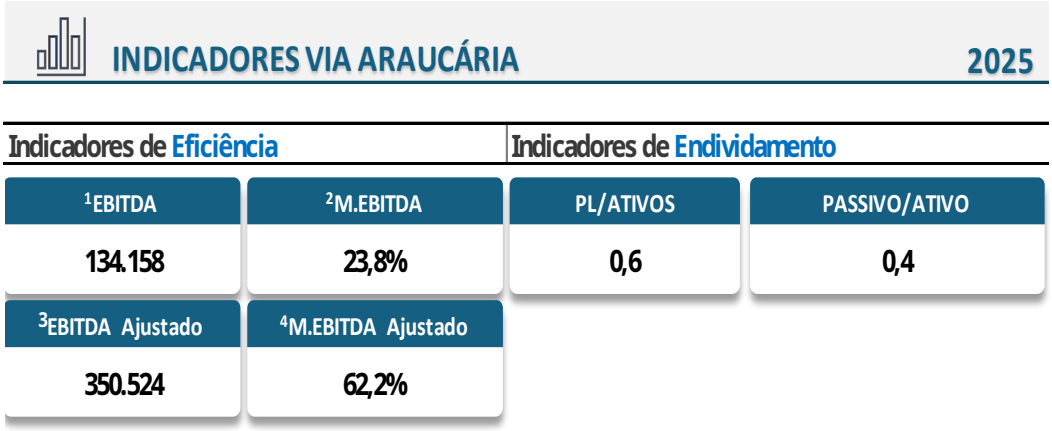
A **Análise Horizontal** compara índices ou itens da mesma rubrica em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período.
Já a **Análise Vertical** representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida nos exercícios ou períodos analisados, ou em relação ao total do ativo e/ou ao total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Via Araucária apresenta uma estrutura financeira sólida, com ativos adequados para suportar suas operações e investimentos estratégicos, conforme equilíbrio financeiro demonstrado nos principais indicadores apresentados abaixo:

Valores em (R$ Mil)	2025	2024	2023
Receita Líquida de Serviços	563.171	405.406	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	283.808	198.277	452.444
Ativo Circulante	393.132	530.354	686.690
Passivo Circulante	291.760	205.830	19.572
Patrimônio Líquido	820.029	768.757	731.275

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



[1]Conforme Resolução CVM nº 156, 23 de junho de 2022, a Companhia calcula o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido das despesas com tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das despesas com depreciações e amortizações.

*[2]A **margem EBITDA** foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.*

*[3]O **EBITDA ajustado** é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa: (i) receita e custo de construção requerimento do IFRS (ii) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12.*

*[4]A **margem EBITDA ajustada** também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS e CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um incremento de **43,1%**, totalizando **R$ 284 milhões**, frente aos **R$ 198 milhões** em 2024. Essa variação está associada ao início da cobrança de pedágio em março de 2024; ou seja, os períodos comparados não são equivalentes em termos de meses de arrecadação, o que justifica o descolamento entre os exercícios. No entanto, a Diretoria entende que a Companhia proverá recursos suficientes para liquidar seus compromissos de curto e longo prazo, fundamentada no forte potencial de geração de caixa inerente ao negócio de concessão de rodovias.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou **R$ 820,0 milhões**, um crescimento de **6,7%** em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelo resultado operacional positivo e pela retenção de lucros, reforçando a solidez da estrutura de capital próprio da Companhia.

Os indicadores de liquidez mantêm-se em patamares confortáveis. A **liquidez corrente** foi de **1,35**, evidenciando que o ativo circulante é superior às obrigações de curto prazo. A **liquidez imediata** encerrou o período em **0,97** — nível que, embora ligeiramente abaixo da unidade, confirma que a maior parte das obrigações de curto prazo pode ser suprida pelas disponibilidades imediatas. Já a **liquidez geral** atingiu **1,13**, indicando que o ativo total é suficiente para cobrir os passivos circulante e não circulante.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para cumprir o cronograma de obras estabelecido pelo contrato de concessão, bem como para honrar suas obrigações de curto e médio prazo (vide item "c" abaixo, referente à capacidade de pagamento).

b) Estrutura de capital

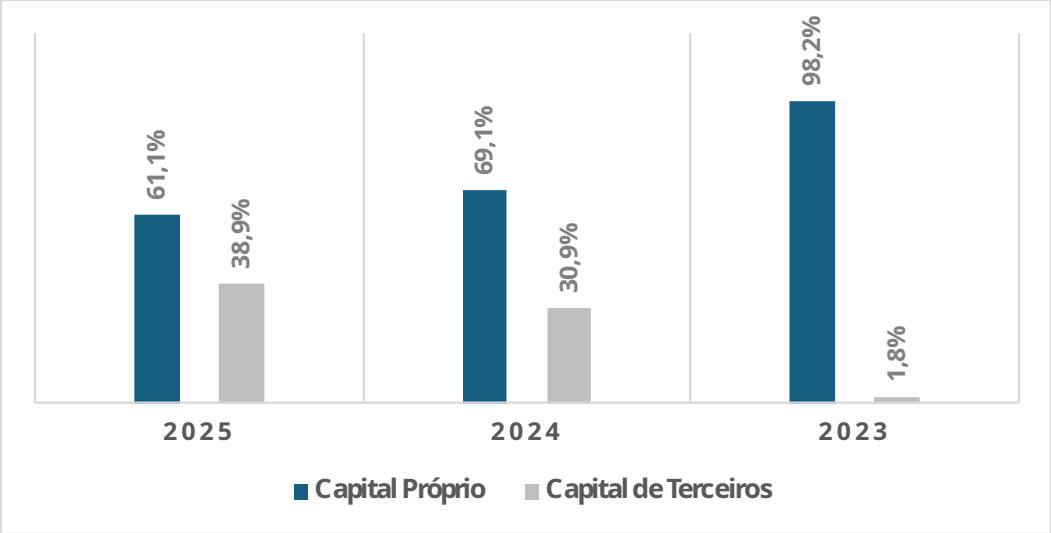
A estrutura de capital da Companhia é composta majoritariamente por recursos próprios, estratégia que visa assegurar o equilíbrio financeiro e viabilizar o desenvolvimento sustentável de suas atividades operacionais e estratégicas. A Administração monitora continuamente essa composição, avaliando a necessidade de captações adicionais para suportar o plano de investimentos e os projetos de expansão. Atualmente, o financiamento das operações provém tanto do capital integralizado pela controladora quanto do fluxo de caixa operacional.

O capital social da Companhia totaliza **R$ 735,1 milhões**, integralmente subscrito e integralizado por sua única controladora direta, a **Infra BR V Rodovias Holding III S.A.** Essa configuração reitera a predominância de capital próprio na estrutura patrimonial e o sólido suporte financeiro do grupo controlador.

Em 31 de dezembro de 2025 a estrutura de capital da companhia era respectivamente composta por:

Capital Próprio	2025	2024	2023
	61,1%	69,1%	98,2%

Capital de Terceiros	2025	2024	2023
	38,9%	30,9%	1,8%



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia demonstra plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazos, conforme evidenciado por seus sólidos indicadores de liquidez e por uma geração operacional de caixa compatível com sua estrutura de capital.

Ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve um fluxo de caixa operacional positivo, suficiente para o atendimento de suas obrigações financeiras recorrentes. A Administração reitera seu compromisso com a política de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

controle do capital de giro, priorizando a preservação da liquidez e a disciplina rigorosa na alocação de recursos.

Valores em(R$Mil)	2025	2024	2023
(+) Caixa e equivalentes de caixa	283.808	198.277	452.444
(+) Aplicações financeiras	50.166	289.955	204.560
(=) Posição de caixa	**333.974**	**488.232**	**657.004**
Liquidez Imediata	**1,1**	**2,4**	**33,6**

O contrato de concessão da Companhia prevê investimentos de recuperação e manutenção, obras de ampliação da capacidade, obras de melhorias e obras de manutenção do nível de serviço ao longo dos 30 anos, conforme previsto e detalhado no Programa de Exploração da Rodovia – PER Anexo A. A Diretoria, por sua vez, monitora continuamente a capacidade de pagamento da Companhia, de modo a avaliar potenciais necessidades de captação futura de recursos no mercado, a fim de honrar com as obrigações existentes.

Indicadores	2025	2024	2023
Eficiência			
EBITDA	134.158	9.138	0,0
Margem EBITDA	23,8%	2,3%	0,0%
EBITDA Ajustado	350.524	249.675	0,0
Margem EBITDA Ajustado	62,2%	61,6%	0,0%
Endividamento			
PL / Ativos	0,6	0,7	1,0
Passivo / Ativo	0,4	0,3	0,0

d) **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia utiliza de recursos próprios para atender às suas necessidades de capital de giro e investimentos. A geração de caixa da Companhia se dá principalmente pela receita de pedágio.

e) **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia se financiou através dos recursos oriundos da receita operacional e de recursos provenientes do acionista através de integralização de capital. Caso haja a necessidade de reforço de caixa ou reequilíbrio financeiro, a Companhia avalia a utilização linhas de financiamentos, previamente estruturadas, voltadas tanto para a cobertura de capital de giro quanto para a continuidade dos investimentos, conforme viabilidade e condições de mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f) **Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

a. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos remanescentes ou contratos vigentes de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras.

b. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava níveis de endividamento financeiro, inexistindo saldos devedores relativos a empréstimos, financiamentos ou emissão de títulos de dívida (como debêntures) junto a instituições financeiras ou ao mercado de capitais.

c. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável uma vez que a companhia não possui endividamento.

d. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável uma vez que a companhia não possui endividamento.

g) **Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Não aplicável uma vez que a companhia não possui endividamento.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As nossas informações financeiras referentes às demonstrações de resultado, aos balanços patrimoniais e às demonstrações de fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são derivadas das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A seguir apresentamos os valores relativos à demonstração de resultados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 (em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração dos resultados para os exercícios encerrados em **31 de dezembro de 2025 e 2024.**

Demonstração do Resultado	31.12.2025	A.V. %	31.12.2024	A.V. %	A.H. %
R$ Mil					
Receita operacional líquida	885.635	100,0%	791.475	100,0%	11,9%
Custo dos serviços prestados	(788.602)	(89,0%)	(768.281)	(97,1%)	2,6%
Lucro Bruto	**97.033**	**10,96%**	**23.194**	**2,93%**	**318,4%**
Gerais e administrativas	(70.943)	(8,0%)	(48.813)	(6,2%)	45,3%
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	465	0,1%	141	0,0%	229,8%
Lucro Operacional	**26.555**	**3,0%**	**(25.478)**	**-3,2%**	**-204,2%**
Receitas financeiras	56.424	6,4%	87.201	11,0%	-35,3%
Despesas financeiras	(4.670)	-0,5%	(4.687)	-0,6%	-0,4%
Resultado Financeiro	**51.754**	**5,8%**	**82.514**	**10,4%**	**-37,3%**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**78.309**	**8,8%**	**57.036**	**7,2%**	**37,3%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.452)	(8,7%)	(93.596)	(11,8%)	-17,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.906	5,7%	74.365	9,4%	-31,5%
Lucro Líquido do Exercício	**51.763**	**5,8%**	**37.805**	**4,8%**	**36,9%**

Ressalte-se que os resultados do exercício encerrado em **31 de dezembro de 2025** não são diretamente comparáveis aos do exercício anterior. Isso ocorre porque as atividades operacionais da Companhia foram iniciadas apenas em **28 de fevereiro de 2024**, com o início da arrecadação de pedágio em **23 de março** do mesmo ano. Portanto, a análise comparativa deve considerar que o exercício de 2024 reflete um período operacional reduzido em relação ao ano pleno de 2025.

Performance Operacional

Receitas de pedágio

A receita da Companhia é composta preponderantemente pela arrecadação de tarifas de pedágio, que totalizaram **R$ 616,1 milhões** em 2025, frente a **R$ 443,8 milhões** apurados no período de 23 de março a 31 de dezembro de 2024.

Este resultado representa um incremento de receita de **38,8%,** impactado principalmente pelos seguintes fatores:

- **Extensão do período de arrecadação:** inclusão de aproximadamente três meses adicionais de operação em 2025 comparado ao exercício anterior;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **Volume de tráfego:** aumento no fluxo de veículos, decorrente da base temporal expandida mencionada acima;

- **Reajuste tarifário:** aplicação do reajuste anual de **+7,5%** nas tarifas, vigente a partir de agosto de 2025.

Receitas	31.12.2025	31.12.2024	A.H. %
Receitas de pedágio	616.178	443.809	38,8%
Receitas acessórias	326	-	0,0%
Receita Bruta	**616.504**	**443.809**	**38,9%**
Receitas de construção **[IFRS]**	322.464	386.069	-16,5%
Receita Bruta + Rec. Construção	**938.968**	**829.878**	**13,1%**
Deduções	(53.333)	(38.403)	38,9%
Receita operacional líquida	**885.635**	**791.475**	**11,9%**

Deduções da receita

As deduções da receita bruta da Companhia são compostas pelos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, compreendendo basicamente as retenções e recolhimentos de **ISS, PIS e COFINS**.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, essas deduções apresentaram um incremento de **38,9%** em comparação ao mesmo período de 2024. Esse aumento é reflexo direto do desempenho da receita bruta mencionada anteriormente, seguindo a mesma base temporal expandida, o crescimento do volume de tráfego e reajuste tarifário.

Receita de construção

Em conformidade com a **ICPC 01 (R1)**, a Companhia registrou, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, receitas de construção de infraestrutura nos montantes de **R$ 322,4 milhões** e **R$ 386,1 milhões**, respectivamente. Dado que os custos incorridos foram equivalentes às receitas reconhecidas, não houve impacto na margem bruta dessas operações, refletindo a natureza de recomposição de ativos da concessão.

A redução de **16,5%** observada no período decorre do cronograma físico-financeiro de investimentos. Ressalte-se que o volume de obras executadas segue o cronograma contratual, podendo apresentar oscilações anuais em função de variáveis como prazos de aprovação do órgão regulador, licenciamentos ambientais e condições climáticas, entre outros fatores supervenientes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos e despesas

Mesmo considerando a disparidade na base temporal entre os períodos (2025 vs. 2024), os custos operacionais mantiveram-se estáveis, apresentando um incremento de apenas 5,2% em 2025.

Esse desempenho demonstra uma eficiente gestão de gastos e ganho de escala, visto que o aumento dos custos foi significativamente inferior ao crescimento da receita e ao tempo adicional de operação no exercício de 2025.

Resultado financeiro

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou resultado financeiro nos montantes de R$ 51,8 milhões e R$ 82,5 milhões, respectivamente.

Como a Companhia não possui endividamento financeiro oneroso, suas despesas financeiras decorrem, majoritariamente, de tributos sobre receitas financeiras, encargos sobre arrendamento, atualizações monetárias e tarifas bancárias habituais.

O resultado financeiro apresentou um decréscimo de **37,3%** em 2025, desempenho explicado, essencialmente, pela redução de **35,3%** nas receitas financeiras do período. Essa variação reflete a menor disponibilidade média de recursos aplicados ou a oscilação das taxas de mercado frente ao exercício anterior.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou despesas com Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no montante de R$ 26,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia reconheceu valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes principalmente de diferenças temporárias entre a apuração contábil e fiscal de determinadas receitas e despesas, conforme previsto pelas normas contábeis aplicáveis.

Resultado líquido do período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 51,7 milhões, montante que representa um incremento de 36,9% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho é reflexo, da combinação entre a expansão da receita líquida (melhora na arrecadação), a otimização da performance operacional.

Condições financeiras e patrimoniais

A seguir apresentamos os valores relativos aos saldos das contas patrimoniais da Companhia números nas datas base 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma): Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço patrimonial do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Balanço Patrimonial	31.12.2025	AV %	31.12.2024	AV %	AH %
R$Mil					
Caixa e equivalentes de caixa	283.808	21,2%	198.277	17,8%	43,1%
Aplicações financeiras	50.166	3,7%	289.955	26,1%	-82,7%
Contas a receber	41.573	3,1%	30.738	2,8%	35,2%
Outras contas a receber	1.900	0,1%	348	0,0%	446,0%
Estoques	8.064	0,6%	6.973	0,6%	15,6%
IRPJ e CSLL a recuperar	51	0,0%	9	0,0%	466,7%
Tributos a recuperar	4.739	0,4%	3.310	0,3%	43,2%
Despesas antecipadas	2.535	0,2%	152	0,0%	1567,8%
Adiantamentos a fornecedor	116	0,0%	576	0,1%	-79,9%
Outros créditos	180	0,0%	16	0,0%	1025,0%
Ativo Circulante	**393.132**	**29,3%**	**530.354**	**47,7%**	**-25,9%**
Despesas Antecipadas	410	0,0%	13	0,0%	3053,8%
Conta da concessão restrita	66.946	5,0%	40.007	3,6%	67,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.284	9,4%	75.378	6,8%	67,5%
Depósito Judicial	36	0,0%	10	0,0%	260,0%
Direito de uso	8.720	0,7%	7.155	0,6%	21,9%
Imobilizado	39.066	2,9%	34.709	3,1%	12,6%
Intangível em Operação	461.654	34,4%	412.877	37,1%	11,8%
Infraestrutura em construção	245.007	18,3%	11.392	1,0%	2050,7%
Ativo não Circulante	**948.123**	**70,7%**	**581.541**	**52,3%**	**63,0%**
Ativo Total	**1.341.255**	**100,0%**	**1.111.895**	**100,0%**	**20,6%**

O Balanço Patrimonial referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 reflete a **fase inicial de investimentos** da Companhia. Este período é caracterizado pelo início dos ciclos intensivos de capital, com maior concentração de recursos destinados à expansão e modernização da infraestrutura rodoviária, conforme as metas estabelecidas no contrato de concessão.

Ativo Circulante: O Ativo Circulante apresentou uma redução de 25,9% no exercício, desempenho impactado, primordialmente, pela variação de 82,7% no montante de capital aplicado. O saldo de aplicações financeiras reduziu de R$ 289,9 milhões em 2024 para R$ 50,1 milhões em 2025.

Essa movimentação reflete a estratégia de alocação de recursos da Companhia, com o direcionamento do capital anteriormente aplicado para o custeio do plano de investimentos em infraestrutura e para o atendimento das necessidades operacionais da concessão ao longo do exercício.

Ativo não Circulante: Paralelamente, o Ativo Não Circulante registrou um incremento de 63,0%, variação decorrente principalmente pelos investimentos em construção.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço patrimonial do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Balanço Patrimonial	31.12.2025	AV %	31.12.2024	AV %	AH %
R$Mil					
Fornecedores	38.036	2,8%	36.754	3,3%	3,5%
Passivo de arrendamento	3.789	0,3%	3.588	0,3%	5,6%
Obrigações sociais	14.360	1,1%	10.575	1,0%	35,8%
Obrigações fiscais	7.025	0,5%	7.544	0,7%	-6,9%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.958	1,3%	22.080	2,0%	-23,2%
Partes relacionadas	995	0,1%	878	0,1%	13,3%
Taxa de fiscalização	1.193	0,1%	1.109	0,1%	7,6%
Credores pela concessão	68.637	5,1%	41.252	3,7%	66,4%
Provisão para manutenção	139.253	10,4%	81.553	7,3%	70,8%
Outras contas a pagar	700	0,1%	174	0,0%	302,3%
Dividendos obrigatórios	814	0,1%	323	0,0%	152,0%
Passivo Circulante	**291.760**	**21,8%**	**205.830**	**18,5%**	**41,7%**
Passivo de arrendamento	5.879	0,4%	4.483	0,40%	31,1%
Provisão para riscos	288	0,0%	-	0,00%	0,0%
Provisão para manutenção	223.299	16,6%	132.825	11,95%	68,1%
Passivo não Circulante	**229.466**	**17,1%**	**137.308**	**12,3%**	**67,1%**
Patrimônio Líquido	**820.029**	**61,1%**	**768.757**	**69,1%**	**6,7%**
Capital social	735.074	54,8%	735.074	66,11%	0,0%
Reservas retenção de lucros	84.955	6,3%	33.683	3,03%	152,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.341.255**	**100,0%**	**1.111.895**	**100,0%**	**20,6%**

Passivo circulante

A Diretoria informa que a Companhia apresentou um incremento em seu passivo circulante de **41,7%** na comparação entre os exercícios, principalmente pelo aumento dos credores pela concessão e constituição da provisão para manutenção.

Passivo não circulante

A Diretoria informa que a Companhia apresentou um incremento em seu passivo não circulante de **67,1%** na comparação entre os exercícios, principalmente pelo aumento da constituição da provisão para manutenção.

Patrimônio líquido

A Diretoria informa que a Companhia apresentou uma variação positiva em seu patrimônio líquido de 6,7% na comparação com o ano de 2024, que representa um aumento de R$ 51,2 milhões, reflexo do lucro do período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Comentário dos diretores

2.2 Os diretores devem comentar

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Receita de Pedágio

A estrutura de receita da Companhia é composta por duas categorias principais: (1) Receita Tarifária Principal, proveniente da cobrança de pedágio, e (2) Receitas Acessórias, derivadas de serviços complementares e exploração comercial das faixas de domínio.

No exercício de 2025, a Receita Líquida de serviços consolidada atingiu R$563,1 milhões, representando um crescimento de 38,9% em relação ao ano anterior (2024). Esse desempenho foi impulsionado por:

- **Crescimento Orgânico do Tráfego (+38,0%):** Aumento no volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), refletindo a recuperação da atividade econômica na região de influência da concessão.
- **Reajuste Tarifário Contratual:** Aplicação do reajuste anual previsto em contrato, indexado ao IPCA acumulado (março de 2024 a agosto de 2025) (+7,5%).
- **Receitas Acessórias:** A Companhia busca maximizar o potencial comercial de seus ativos por meio da exploração de faixas de domínio, locações, publicidade e parcerias operacionais com o setor privado. Em 2025, a empresa registrou seus primeiros contratos voltados à geração dessas receitas.

A Receita Tarifária manteve-se como a principal contribuidora, representando aproximadamente 99,9% do total, reforçando a previsibilidade do fluxo de caixa. As Receitas Acessórias, embora com participação menor, apresentam maior potencial de margem e diversificação da base de receitas.

Destaca-se que os resultados dos doze meses de 2025 não são diretamente comparáveis aos de 2024, pois as operações da Companhia tiveram início em 28 de fevereiro de 2024, com a cobrança de pedágio iniciada em 23 de março de 2024. Assim, o desempenho de 2024 reflete apenas um período parcial de operação, enquanto 2025 contempla 12 meses completos, devendo essa diferença de base temporal ser considerada na análise comparativa.

Receita de construção

A contabilização das receitas da Companhia observa os preceitos estabelecidos pelas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que disciplina o reconhecimento contábil de contratos de concessão de serviços públicos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a receita de construção somou R$322,5 milhões sem impacto no caixa, pois possui contrapartida integral nos custos de serviços de construção. Não há incidência de tributos sobre faturamento, uma vez que não há emissão de nota fiscal, tratando-se apenas de reconhecimento contábil da receita e do respectivo custo.

(ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O desempenho operacional da Companhia é intrinsecamente correlacionado ao volume e à frequência do tráfego nas rodovias sob sua concessão. A performance desses ativos é sensível a variáveis macroeconômicas, tais como o nível de atividade econômica (PIB), oscilações nos índices inflacionários e nas taxas de juros, além da volatilidade nos preços dos combustíveis.

Tais fatores possuem o potencial de alterar a elasticidade da demanda por transporte, impactando diretamente o volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP) e, consequentemente, a geração de receita tarifária.

Principais drivers operacionais da Companhia em 2025:

- **Volume de tráfego de veículo:** A receita proveniente da cobrança de pedágios é diretamente impactada pelo crescimento ou retração do tráfego na rodovia, nesse sentido fatores como a desaceleração ou aceleração das atividades econômicas, oscilação das taxas de juros e preço dos combustíveis influenciam o volume do tráfego de veículos que por sua vez reflete na arrecadação das receitas de pedágio.

- **Reajustes anuais da tarifa de pedágio:** Em estrito cumprimento às cláusulas contratuais, a tarifa básica de pedágio foi atualizada em 2025 com base na variação do IPCA acumulado, que totalizou 7,5% nos últimos 12 meses. Esse mecanismo assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

- **Efeito Calendário e Mix de Tráfego:** A receita operacional é influenciada pela composição dos dias úteis e feriados no período. Estima-se uma maior densidade de veículos leves em feriados prolongados, enquanto o tráfego comercial apresenta maior regularidade em dias úteis, impactando o mix de arrecadação.

- **Sazonalidade do Agronegócio (Ciclo de Safras):** Dada a localização estratégica da concessão em um importante corredor de escoamento agrícola, o tráfego de veículos pesados é fortemente impactado pela sazonalidade das safras. Prevemos um incremento volumétrico nos períodos de colheita e transporte de grãos, consolidando a relevância do ativo para a logística nacional.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Não houve variação relevante atribuível ao câmbio, dada a operação exclusivamente doméstica, e a inflação média de 4,3% contribuiu para a recomposição tarifária e ajustes nos contratos de serviços. Em 2025 a Companhia arrecadou 616,1 milhões em receitas de pedágio e 326 mil em receitas acessórias.

2.2 Resultados operacional e financeiro

IPCA: A inflação impacta os custos operacionais da Companhia, especialmente em relação a insumos para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços.

Taxas de Câmbio: A exposição cambial da Companhia é reduzida, limitando-se a aquisições pontuais de equipamentos e sistemas importados, sem relevância no resultado.

C) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Exposição a riscos inflacionários
A inflação impacta os custos operacionais da Companhia, especialmente em relação a insumos para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços.

Exposição a riscos cambiais
A exposição cambial da Companhia é reduzida, limitando-se a aquisições pontuais de equipamentos e sistemas importados, sem relevância no resultado.
Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia não apresentou saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros
Em relação à taxa de juros, no exercício social encerrado em 31/12/2025, a Companhia não possuía passivos financeiros atrelados a índices como CDI e IPCA. Por outro lado, na mesma data, mantinha R$ 50,1 milhões em aplicações financeiras; assim, variações significativas nas taxas de juros impactam o resultado financeiro, especialmente em função da remuneração desses saldos aplicados.

Risco de crédito
Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2. Comentário dos diretores

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, visto que não houve mudança nas práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica, pois não foram identificadas ressalvas nem ênfases na opinião dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2. Comentário dos diretores

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor, e em seus resultados.

a. introdução ou alienação de segmento operacional
Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não se verificou a constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha produzido, ou cuja produção de efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia seja razoavelmente esperada.

c. eventos ou operações não usuais
A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar de forma relevante suas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2. Comentário dos diretores

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseja divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. **informar o valor das medições não contábeis**
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2. Comentário dos diretores

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

2.7 Destinação de resultados

2. Comentário dos diretores

2.7 Os diretores devem comentar sobre a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros	Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), se existente, pelo menos 1% (um por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.
i. Valores das Retenções de Lucros	Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o valor de R$2.588 mil de reserva legal, R$48.684 mil de retenção de lucros e R$491 mil para destinação de dividendos aos acionistas.
ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Em 31 de dezembro de 2025, do lucro apurado, 5% foram destinados à reserva legal, 94% à retenção de lucros e 1% para dividendos obrigatórios.

b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação aplicável. O pagamento é realizado dentro dos prazos legais e eventuais correções monetárias ou juros somente serão aplicáveis se expressamente aprovados pela Assembleia Geral. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que forem colocados à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Dividendo mínimo obrigatório: anualmente, por decisão da Assembleia. Dividendos intermediários podem ser declarados com base em balanço anual/semestral ou reservas de lucros. Neles evidenciados, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o pagamento de Dividendos não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral de Acionistas ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Não há outras restrições.

2.7 Destinação de resultados

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável; não existe política formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2. Comentário dos diretores

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos:
Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia tenha mantido ou transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo, tampouco passivos correlatos.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:
Os Diretores da Companhia declaram, para os devidos fins, que, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não existem contratos de compra e venda futura de produtos ou serviços que não estejam devidamente registrados e evidenciados nas demonstrações financeiras, em estrita conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

(iii) Contratos de construção não terminada:
Os diretores informam que não existem compromissos firmes ou contratos de construção não terminada que não estejam reconhecidos ou evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Embora o contrato de concessão preveja um cronograma indicativo para obras e investimentos, os compromissos de capital (CAPEX) são formalizados apenas por contratações específicas conforme a evolução da concessão. Assim, não há contratos de obras em andamento que exijam divulgação adicional além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos:
Os Diretores da Companhia declaram que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram firmados contratos de recebimento futuro de financiamentos que não estejam devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:
Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2. Comentário dos diretores

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, conforme citado em 2.8.

b) Natureza e propósito da operação:

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, conforme citado em 2.8.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, conforme citado em 2.8.

2.10 Planos de negócios

2. Comentário dos diretores

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao longo de 30 anos de contrato, a concessionária terá o compromisso de investir R$ 7,9 bilhões em obras de expansão e modernização da malha, além de destinar outros R$ 5,2 bilhões para a operação. Esse investimento abrange uma variedade de melhorias, como serviços médicos mecânicos, pontos de parada e descanso para caminhoneiros, sistema de balanças e pesagem, entre outros.

Ao longo de 2025, a Companhia investiu R$ 176 milhões, destinados principalmente às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente tais como:

- ✓ Término dos trabalhos iniciais previstos em contrato;
- ✓ Entrega de 9 bases de serviços operacionais (BSOs);
- ✓ Início de 5 obras de duplicação e melhorias que totalizaram:
  - 70 Km de rodovias duplicadas;
  - 1 Km de faixa adicional;
  - 8 Km de vias marginais;
- ✓ Fade de finalização do primeiro ponto de parada de descanso (PPD), com inauguração prevista para fevereiro de 2026;

Principais Obras em Andamento

Em 2025, a Companhia consolidou um robusto plano de investimentos focado na ampliação da segurança viária, fluidez do tráfego e fomento ao desenvolvimento regional. Abaixo, destacam-se as principais intervenções em execução:

PR-418 (Contorno Norte de Curitiba)

- **Escopo:** Duplicação de **16,76 km** (do km 5 ao km 21) e construção de **sete novos viadutos**.
- **Status:** Obras avançadas nas frentes de supressão vegetal, terraplenagem e drenagem.
- **Impacto:** Melhoria logística em Curitiba, Almirante Tamandaré e Colombo, facilitando o acesso aos bairros lindeiros.
- **Previsão de Entrega:** 2027.

2.10 Planos de negócios

PR-423 (Araucária – Campo Largo)

- **Escopo:** Duplicação da rodovia que interliga a BR-476 às rodovias BR-277 e BR-376.
- **Status:** Trabalhos em ritmo acelerado.
- **Previsão de Entrega:** 2027.

BR-277 (Corredor Logístico)

- **Escopo:** Nesta etapa inicial, serão duplicados **27,5 km**, incluindo novos dispositivos de retorno e obras de arte especiais (viadutos/pontes).
- Investimento: **R$ 240 milhões.**
- **Impacto:** Modernização do principal eixo de exportação paranaense, que conecta a Tríplice Fronteira ao Porto de Paranaguá.
- **Previsão de Conclusão:** fevereiro de 2027.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para realizar o financiamento dos investimentos, a Companhia utiliza uma combinação estratégica de recursos. Estes incluem capital próprio (recursos provenientes dos acionistas) e o caixa operacional gerado pelas receitas operacionais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício social findo 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

A companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. Novos produtos e serviços indicando:

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em andamento ou que tenham sido desenvolvidos no exercício social encerrado em 2025.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

Ambiental:
A empresa atende aos Padrões de Desempenho do IFC, em 2025 elaborou o 1º Relatório de Atendimento aos padrões IFC. Em 2025 a Companhia contratou estudo de resiliência climática, que deverá ser entregue em março/2026.

Social:
A atuação social da Companhia é pautada pelo investimento em programas que beneficiam diretamente as comunidades situadas ao longo da malha rodoviária (comunidades lindeiras).

2.10 Planos de negócios

TIPO DE PROJETO	PROJETO	LEI DE INCENTIVO	ESCOPO	PESSOAS IMPACTADAS
Incentivado	CINEVIA - Cinema	Cultura	Levar cultura, entretenimento e lazer para a população de cidades do trecho de concessão, por meio de sessões gratuitas de cinema, com pipoca e refrigerante inclusos. As sessões de cinema acontecem em uma carreta com capacidade para 78 pessoas, som e projeção digitais, ar-condicionado, iluminação LED e acessibilidade para PcD. Público estimado de 13.260 pessoas A proposta é levar o projeto para todas as 18 cidades do trecho da Via Araucária: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Prudentópolis e Teixeira Soares.	13.260
Incentivado	Night Run	Esporte	Evento esportivo de corrida em Curitiba para 5.000 atletas, com percursos de 5km e 10km. O projeto contempla a etapa 1 da Night Run, o maior circuito de corridas noturnas do mundo. Diferencial: com clima de festa, a corrida une música e vida noturna e consiste em uma opção inovadora de diversão nas noites de sábado pelo país.	5.000
Incentivado	Semear Esportes	Esporte	Oferecer aulas de iniciação esportiva em futsal e vôlei para 120 crianças de 8 a 16 anos - das quais 50% são destinadas a meninas – durante 12 meses. Cidade de execução: a escolha da Via Araucária.Frequência das aulas: sub 10 e sub 12 – 2x semana; sub 14 e sub 16 – 3x por semana. Duração de cada aula = 60 minutos. Inclui uniformes; aulas de inglês 1x semana; oficina de redação 1x semana; 6 festivais jogos amistosos/ano; 1 passeio por semestre; 02 palestras socioeducativas/ano.	120
Incentivado	Saúde Integral III Hospital Pequeno Principe Curitiba	Criança e Adolescente	Oferecer assistência em saúde, com qualidade e humanização, por meio do atendimento clínico hospitalar, ambulatorial, psicossocial, terapêutico e odontológico, associado a atividades educacionais, culturais e lúdicas, e apoio às famílias.	120
Incentivado	Cuidado Integral Hospital Cajuru	Idoso	Desospitalização segura e digna para 6.000 pacientes idosos em 24 meses, oferecendo recursos para a continuidade do tratamento médico em ambiente domiciliar, e ropiciar ao nosso público 60+ medicamentos, materiais especiais, nutrição, e itens de higiene pessoal, os quais não são pagos pelo SUS.	6.000
Incentivado	Reabilitar APAE de Ipiranga/PR	PRONAS	Promover ações de saúde visando a habilitação/reabilitação à 45 pessoas com deficiência física, intelectual, transtorno do espectro autista e múltiplas deficiências do município de Ipiranga/PR, cidade que faz parte do trecho de concessão da Via Araucária.	45
Incentivado	Saúde e Especial Reabilitação para Pessoa com Deficiência APAE de Condói/PR	PRONAS	Atender ao serviço de reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla do município de Candói/PR, promovendo o acesso à saúde e serviços de políticas sociais.	
Incentivado	Atualização do Parque Tecnológico da Radioterapia Santa Casa de Araraquara SP	PRONON	Adquirir upgrade para acelerador linear para a realização de radioterapia, melhorando a qualidade do tratamento dos pacientes oncológicos e com a utilização de protocolos clínicos de hipo e ultra fracionamento aumentar a capacidade assistencial.	120

2.10 Planos de negócios

Incentivado	Escolinha de Futebol Meninas Campeãs / Curitiba	Esporte	A Associação Meninas Campeãs formou mais de 1000 jogadoras de futebol feminino, revelando talentos para seleções nacionais e clubes. O projeto tem o objetivo de integrar o futebol na rotina diária de 144 meninas de 6 a 18 anos em Curitiba, no contraturno escolar e com acompanhamento escolar por meio de notas e presença. Aulas 2x a 3x por semana cada turma, por 12 meses.	144
Incentivado	Cuidado Pediatrico Hospital Universitário Evangélico Mackenzie	Criança e Adolescente	Realizar a manutenção das atividades de saúde e aquisição de equipamentos para melhorar a agilidade nos diagnósticos.Atender 43.000 crianças e adolescentes (0 a 17 anos).	43.000
Incentivado	Projeto Proteger Curitiba/PR Proponente: Complexo de Saúde Pequeno Cotolengo	Idoso	Acolhimento de idosos com múltiplas deficiências que enfrentaram situações de risco ou abandono. A instituição provê moradia, saúde e educação de forma digna e humanizada.O projeto tem como intuito readequação de espaços interativos e promoção da qualidade de vida e longevidade.	5.000
Incentivado	Semear Esportes	PRONAS	Promover a habilitação/reabilitação, bem como a ampliação, estimulação e manutenção das capacidades funcionais da pessoa com deficiência por meio de práticas esportivas. Serão oferecidas as modalidades: Atletismo, Basquete sobre cadeiras de rodas, Natação, Tênis de campo e Tênis de mesa.	120
Incentivado	Por um Painel de TCA - Complexo Pequeno Príncipe	PRONON	Testagem de novas mutações para subsidiar o desenvolvimento de painel de rastreamento precoce de Tumor de Córtex Adrenal (TCA)	120

Governança:

- Ética e Compliance: intensificação de treinamentos presenciais, fortalecimento do Canal de Ética e revisão contínua dos controles internos para assegurar integridade e transparência.

- Independência e transparência: declarações de independência para os auditores, comunicação formal com o Conselho de Administração sobre deficiências relevantes de controle e conformidade com padrões internacionais de auditoria.

- A manutenção de ampla estrutura de seguros (Responsabilidade Civil, D&O, Seguro Garantia Judicial etc.) e a constituição de provisões rigorosas para demonstram excelência em gestão de riscos e compliance, assegurando sustentabilidade financeira e transparência no cumprimento das obrigações contratuais.

- A Via Araucária obteve a certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno em 2025.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2. Comentário dos diretores

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

A Diretoria da Companhia entende que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1 As projeções devem identificar

a. Objeto da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme lhe é facultado pela resolução de nº 80, de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme lhe é facultado pela resolução de nº 80, de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme lhe é facultado pela resolução de nº 80, de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme lhe é facultado pela resolução de nº 80, de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram divulgadas projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3. Projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais projeções operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. **Período quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais projeções operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. **Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais projeções operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Emissor

(i) A Companhia pode não conseguir executar integralmente a sua estratégia de negócio.

Os Diretores da Companhia informam que, com base no relatório circunstanciado dos auditores independentes relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas deficiências relevantes ou recomendações que pudessem impactar significativamente os controles internos, o risco operacional ou a situação financeira da Companhia.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia exige investimentos significativos. Para financiar essa expansão, a Companhia poderá necessitar de recursos adicionais, seja por meio da emissão de títulos de dívida ou de financiamentos bancários.

A obtenção desse capital está condicionada ao nível de endividamento atual da Companhia e às condições de mercado vigentes. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de tais recursos adicionais ou, caso estejam disponíveis, que serão em condições e montantes considerados satisfatórios.

A impossibilidade de acessar capital em condições adequadas e no volume necessário poderá restringir o crescimento e o desenvolvimento futuro das atividades, impactando de forma relevante e adversa os negócios, os resultados financeiro e operacional da Companhia.

A alocação de recursos é priorizada para o cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da concessão onerosa do sistema rodoviário, abrangendo serviços de operação, conservação, manutenção e os investimentos obrigatórios ("Contrato de Concessão").

O foco nestas obrigações, que também incluem o pagamento de Outorga Fixa e Variável e Verba de Fiscalização, pode acarretar uma menor disponibilidade de recursos para a estratégia de crescimento. O descumprimento de qualquer obrigação contratual pode gerar penalidades (advertência e multa) e, na hipótese mais severa, suscitar a instauração de processo de caducidade do Contrato de Concessão, o que teria um efeito adverso significativo sobre a situação financeira da Companhia.

Nesse tocante, a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores adversos, incluindo sua habilidade de:

- **Eficiência Operacional:** Maximizar margens por meio de economias de escala e otimização da terceirização de serviços.

- **Receitas Alternativas:** Explorar e maximizar o potencial de fontes de receitas acessórias ao objeto principal da concessão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia reitera que, devido à natureza de seus negócios e aos fatores externos mencionados, não há garantia de que os objetivos estratégicos descritos serão integralmente realizados.

(ii) O endividamento da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como sua capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresenta endividamento em seu balanço patrimonial, mas para a execução do plano de investimentos e das obras previstas no **Contrato de Concessão** poderá demandar a captação de recursos complementares, a serem obtidos mediante aporte de capital próprio ou por meio de endividamento junto a terceiros (mercado de capitais ou instituições financeiras).

Nesse contexto, a Companhia ressalta que o incremento em seu nível de alavancagem financeira poderá acarretar os seguintes impactos:

- **Pressão no Fluxo de Caixa:** O aumento das despesas financeiras e das obrigações de serviço da dívida pode comprometer a liquidez da Companhia.

- **Restrições Operacionais:** O eventual descumprimento de índices financeiros (*covenants*) ou obrigações de pagamento previstas nos contratos de financiamento pode limitar a capacidade operacional e afetar negativamente a condição financeira e os resultados da Companhia.

- **Risco de Execução:** Não há garantia de que recursos de terceiros estarão disponíveis em condições de prazo e custo compatíveis com a viabilidade dos projetos de investimento.

(iii) A Companhia pode não ser capaz de obter recursos suficientes, inclusive por meio de emissão de novos valores mobiliários, para executar integralmente a sua estratégia de crescimento, para suprir suas necessidades de capital de giro e/ou para o financiamento de suas atividades, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Caso os recursos financeiros e do mercado de capitais não sejam suficientes para atender à sua necessidade operacional, a Companhia poderá requerer créditos adicionais ou aumentar seu capital. Contudo, tais créditos podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não ser oferecidos em condições satisfatórias para a Companhia.

Financiamentos futuros, se disponíveis, **poderão** resultar em:

- **Aumento** do custo médio de seu endividamento;
- **Maior** alavancagem;
- **Menor** disponibilidade de recursos próprios para cumprir com os planos de maximização da capacidade da Companhia; e
- **Menor** disponibilidade de recursos para o pagamento de proventos aos seus acionistas.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos ou de refinanciar suas dívidas caso venha constituir e quando necessário, ou, ainda, se a disponibilidade de crédito se der somente em termos desfavoráveis à Companhia, poderá se tornar um desafio satisfazer suas necessidades de capital de giro, cumprir suas obrigações financeiras e/ou aproveitar,

4.1 Descrição dos fatores de risco

de outro modo, oportunidades de negócios. Tais resultados podem impactar de forma relevante e adversa a Companhia, seus negócios e/ou seus resultados operacionais.

Além disso, a capacidade de implementar sua estratégia de negócio depende também da sua capacidade de geração de caixa operacional e da manutenção de uma estrutura de capital adequada ao seu negócio.

Cumpre salientar que o modelo de negócio da Companhia requer investimentos e financiamentos substanciais, os quais poderão ser obtidos, por exemplo, por meio da captação de linhas de crédito bancárias e/ou emissões de ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações. Em um cenário de deterioração de seus indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil, a capacidade da Companhia em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento é limitada.

(iv) Riscos relacionados à terceirização de parcela das atividades-meio da Companhia podem afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia.

A Companhia utiliza a terceirização para a execução de parcela de suas atividades-meio e serviços de apoio. Essa estratégia expõe a Companhia aos seguintes riscos e responsabilidades:

- **Responsabilidade Solidária e Subsidiária:** A Companhia está sujeita a ser responsabilizada, judicial ou administrativamente, pelo adimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas por suas prestadoras de serviços aos respectivos empregados. Eventuais condenações na Justiça do Trabalho podem gerar desembolsos não previstos, impactando adversamente o resultado financeiro e o fluxo de caixa.

- **Riscos de Continuidade e Qualidade:** A eventual descontinuidade operacional ou falência de fornecedores estratégicos pode comprometer a qualidade dos serviços prestados e a eficiência das operações da Companhia. A substituição imediata de prestadores de serviços pode não ocorrer em tempo hábil ou em condições de custo equivalentes, afetando a execução das atividades e os resultados operacionais.

- **Fiscalização:** A falha na fiscalização do cumprimento das obrigações legais por parte das empresas terceirizadas pode acarretar contingências relevantes, além de eventuais danos à reputação da Companhia perante órgãos reguladores e o mercado.

A Companhia não pode garantir que as garantias contratuais e os processos de auditoria de terceiros serão suficientes para cobrir integralmente eventuais passivos decorrentes dessas relações.

(v) Custos de construção e manutenção maiores do que os estimados podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia.

A capacidade da Companhia de cumprir integralmente o cronograma de investimentos incluindo construções, reformas, expansões e manutenções previstas no **Contrato de Concessão**, bem como de garantir a conservação das rodovias, está sujeita a diversos fatores de risco, tais como:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- **Volatilidade de Custos:** Flutuações nos preços de insumos básicos (matérias-primas), custos de mão de obra e serviços especializados, que podem elevar o orçamento previsto para as obras.

- **Cenário Macroeconômico:** Alterações nas conjunturas econômica brasileira e internacional, incluindo variações em taxas de juros e inflação, que impactam o custo de capital e o poder de compra.

- **Acesso a Capital:** Dependência de fontes de financiamento externas e condições de mercado favoráveis para a captação de recursos necessários à continuidade dos projetos.

- **Riscos de Contraparte:** Eventual inadimplência ou falha na prestação de serviços por parte de fornecedores estratégicos e empreiteiras.

- **Fatores Técnicos e Imprevisíveis:** Interrupções decorrentes de falhas técnicas, condições climáticas adversas ou outros eventos de força maior que possam comprometer o cronograma físico das obras.

A materialização de qualquer um desses fatores pode resultar no aumento significativo das despesas de capital (CAPEX) e dos custos operacionais (OPEX), impactando de forma adversa o fluxo de caixa, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(vi) Bens reversíveis ao Poder Concedente ao final da concessão.

Parcela substancial dos ativos da Companhia está vinculada à execução do **Contrato de Concessão**. De acordo com a legislação vigente e os termos contratuais, tais bens possuem natureza de bens reversíveis, o que impõe as seguintes restrições:

- **Indisponibilidade para Liquidação:** Em cenários de falência, recuperação judicial ou processos de execução, esses bens não estão disponíveis para alienação ou penhora, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente ao término da concessão, garantindo a continuidade do serviço público.

- **Restrição a Garantias:** A natureza de reversibilidade limita a capacidade da Companhia de oferecer esses ativos como garantia real (como hipoteca ou penhor) em operações de financiamento. Tal restrição pode elevar o custo de capital ou dificultar a obtenção de novas linhas de crédito.

- **Impacto em Caso de Liquidação:** Em uma eventual liquidação da Companhia, a indisponibilidade desses ativos pode reduzir significativamente o montante de recursos remanescentes para a satisfação de credores e acionistas.

Dessa forma, as limitações impostas pelo regime jurídico de bens reversíveis podem afetar negativamente a flexibilidade financeira e a capacidade de captação de recursos da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(vii) Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. Os reajustes anuais previstos nos contratos de concessão, em decorrência da taxa de inflação e revisões ordinárias e extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente, não sendo possível assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente no processo de aprovação do reajuste de tarifas solicitados pela Companhia.

Em caso de requisição judicial, o reajuste pode ocorrer após alguns dias da data base prevista contratualmente. O mecanismo de revisões ordinárias e extraordinárias, por sua vez, possui ineficiências que podem atrasar os resultados e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente no trâmite do processo administrativo. Portanto, se a inflação for elevada e o Poder Concedente não autorizar o reajuste da tarifa na mesma magnitude os resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa da Companhia poderão ser afetados adversamente.

(viii) As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas, ou excedam as, apólices de seguros.
Determinados tipos de perdas não estão cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia, tais como atos de terrorismo, guerras, calamidade pública e desastres ambientais. Assim, se quaisquer desses eventos ou outras contingências, bem como outros que até a data deste formulário que não foram identificados vierem a ocorrer, os investimentos da Companhia podem ser adversamente afetados, obrigando-a a incorrer em custos adicionais.

Além disso, a ocorrência de acidentes pode gerar danos à imagem da Companhia, e sujeitá-la à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas apólices de seguros, inclusive por meio do pagamento de indenizações.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público, a Companhia pode responder como se o Estado fosse. Como a responsabilidade estatal pode ser considerada objetiva, ou seja, basta a comprovação entre o dano sofrido e o autor da ofensa, a Companhia poderá ser responsabilizada objetivamente por eventuais danos causados aos usuários sem que seja necessário que se prove que ela agiu dolosa ou culposamente, aumentando assim o risco de responsabilização.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de renovar suas apólices de seguro nas mesmas condições atualmente contratadas. Qualquer desses fatores pode ter um efeito adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(ix) Os controles internos da Companhia poderão não ser bem-sucedidos em sua função de prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações às leis ou às políticas internas da Companhia, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção.

A Companhia mantém sistemas de controles internos e políticas de integridade; todavia, não é possível garantir a detecção ou prevenção integral de práticas inadequadas, fraudes ou violações legais por parte de seus colaboradores, administradores ou terceiros. A eficácia dos processos de governança corporativa e gerenciamento de riscos está sujeita a

4.1 Descrição dos fatores de risco

limitações inerentes, e a Companhia não pode assegurar que tais mecanismos estarão isentos de falhas.

A ocorrência de condutas fraudulentas, atos de corrupção ou quaisquer infrações a leis e regulamentos, incluindo a **Legislação Anticorrupção** e políticas internas de *compliance* poderá acarretar as seguintes consequências:

- **Responsabilização Jurídica e Administrativa:** Sujeição da Companhia a ações coercitivas, processos administrativos ou judiciais, com base na responsabilidade objetiva prevista em lei.

- **Sanções Financeiras:** Imposição de multas severas, perdimento de bens e obrigação de reparação de danos, impactando a condição financeira e os resultados operacionais.

- **Danos Reputacionais:** Comprometimento da imagem da Companhia perante o mercado, investidores, órgãos reguladores e o Poder Concedente, o que pode dificultar a manutenção de contratos e o acesso a novos negócios ou financiamentos.

- **Penalidades Contratuais:** Eventuais violações éticas podem ser interpretadas como descumprimento de cláusulas em contratos de financiamento ou no próprio Contrato de Concessão.

Qualquer um desses eventos pode gerar efeitos adversos relevantes sobre os negócios, a reputação e a situação econômico-financeira da Companhia.

(x) A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode afetar a Companhia substancial e negativamente.

A Companhia está sujeita a diversos riscos de cibersegurança, incluindo, entre outros: invasão de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação por terceiros mal-intencionados, infiltração de malware (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem são trocados dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou informações de sua propriedade por pessoas dentro ou fora da Companhia e ataques cibernéticos que causam a degradação dos sistemas ou a indisponibilidade de serviços, o que pode resultar em perdas comerciais.

Nos últimos anos, sistemas de computação de companhias e organizações têm sido alvos não apenas de cibercriminosos, mas também de ativistas e Estados párias. A Companhia está, portanto, sujeitas a vários ataques cibernéticos, como *denial of service*, *malware* e *phishing*.

Ataques cibernéticos podem gerar perda de quantidades significativas de dados de clientes e de outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo caixa). Além disso, ataques cibernéticos podem desativar os sistemas de tecnologia da informação da Companhia utilizados para o atendimento a seus clientes. À medida em que as tentativas de ataque continuam a evoluir em escopo e sofisticação, a Companhia poderá incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra esses ataques, de investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou consequente violação e de comunicar a seus clientes sobre ataques cibernéticos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a Companhia também poderá estar sujeita a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia dependem dessa infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente a capacidade de atender os seus clientes.

Dessa forma, caso a Companhia não consiga gerenciar de maneira efetiva seus riscos de cibersegurança e qualquer dos fatores acima venha a ocorrer, os negócios, resultados, perspectivas e reputação da Companhia podem ser adversamente impactados, dando ensejo a, dentre outras possíveis implicações, pagamento de indenização aos clientes, penalidades e multas regulatórias e/ou perda de ativos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota políticas e procedimentos de segurança da informação baseados em boas práticas de mercado, incluindo a realização periódica de testes de intrusão (pentests), avaliações de vulnerabilidade, monitoramento contínuo de sistemas críticos, controles de acesso, autenticação multifator, criptografia de dados e programas de conscientização para colaboradores, além de planos de resposta a incidentes e de recuperação de desastres. Apesar dessas medidas, não há garantia de que a Companhia esteja totalmente imune a ataques ou falhas de segurança, podendo eventos cibernéticos causar impactos adversos significativos.

(xi) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia**.**

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, consequentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(xii) Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos poderão afetar os negócios e resultados da Companhia.

A Companhia figura como parte em processos nas esferas judiciais e administrativas. As provisões constituídas, as garantias em juízo e os honorários incorridos em face aos custos e despesas relacionadas a decisões desfavoráveis nesses processos podem causar efeitos negativos sobre os resultados da Companhia, incluindo a possibilidade de ocorrência de penhora de seus ativos. Além disso, decisões judiciais e administrativas desfavoráveis podem gerar perdas para Companhia no que diz respeito à sua reputação e imagem e refletir de forma negativa em suas operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(xiii) A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de demanda (quantidade de veículos/eixos).

A receita da Companhia está diretamente vinculada ao volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs) — leves e pesados — e à frequência com que utilizam a rodovia. Eventuais reduções no fluxo de veículos podem decorrer de fatores macroeconômicos, tais como a retração da atividade econômica, queda nos níveis de renda e emprego, inflação, elevação das taxas de juros e dos preços dos combustíveis. Adicionalmente, o tráfego pode ser impactado por fatores competitivos e logísticos, incluindo a concorrência com novos modais (ferrovias), a abertura de rodovias e rotas alternativas, ou a ocorrência de rotas de fuga de pedágios.

b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

(i) Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir dos interesses dos seus investidores

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, impostas pelo Estatuto Social da Companhia e pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Dessa divergência entre os interesses dos investidores e dos acionistas controladores, poderá ser afetada, dentre outros, a rentabilidade de valores mobiliários da Companhia.

c. Suas controladas e coligadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui controladas ou coligadas.

d. Seus administradores

(i) A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e/ou manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados por sua administração. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho de longo prazo ou obrigação de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e/ou manter pessoal qualificado para integrar sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de membros de sua administração ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

e. Seus fornecedores

(i) A revogação ou cancelamento dos contratos com terceirizados, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia, assim como a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia.

A Companhia firma contratos com terceirizados para a prestação de diversos serviços, tais como, execução de obras, conservação e manutenção, atendimento aos usuários, entre outros, que são fundamentais para o cumprimento das obrigações por ela assumidas no

4.1 Descrição dos fatores de risco

âmbito do Contrato de Concessão. A revogação ou cancelamento desses contratos, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos a valores dentro de um preço de mercado em linha com os anteriormente acordados, poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia.

Além disso, a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia com relação a danos de segurança, meio ambiente, usuários das rodovias, colaboradores e a sociedade em geral, bem como resultar em descumprimento de requisitos regulatórios que possam comprometer a imagem da Companhia.

Podemos, ainda, responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho conosco. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios e impactar adversamente os nossos resultados.

f. Seus clientes

(i) A Companhia está sujeita à ocorrência de acidentes de infraestrutura e/ou com ativos no âmbito de sua operação.

A Companhia possui ativos de Infraestrutura que demandam manutenção periódica e monitoramento constante. Eventuais falhas, tais como: rupturas de barreiras de contenção, falhas no sistema de drenagem, falhas operacionais, bem como, interferências externas - eventos climáticos e rompimento de barragens - podem gerar acidentes que afetem a Segurança de seus usuários e colaboradores ou danos a propriedade de terceiros. A ocorrência destes impactos pode gerar sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados.

(ii) A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.
Antes da implantação dos programas de concessão de rodovias no Brasil, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente, mas não se limitando, dos caminhoneiros, que podem organizar protestos e bloquear estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio. Com isso, a demanda de tráfego pode ser afetada pela mudança no cenário econômico, político ou, ainda, por outros modais de transporte. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelos contratos de concessão, esses protestos podem afetar as decisões do Poder Concedente no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, bem como reduzir a receita ao dispersar o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

g. Setores da economia nos quais o emissor atue

(i) As atividades da Companhia estão concentradas na operação de rodovia localizada no Estado do Paraná e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura de rodovias no Brasil ou no Estado do Paraná poderão ter efeitos significativos sobre a Companhia.

A Companhia foi constituída para a celebração e execução do Contrato de Concessão. A Concessão fica localizada no Estado do Paraná e o Contrato de Concessão relacionado foi

4.1 Descrição dos fatores de risco

celebrado com o governo do Estado do Paraná, cabendo à Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas.

Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, o seu resultado operacional. A Companhia não pode assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais tampouco que eventuais compensações devidas a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão serão tempestivamente realizadas.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade, com a qual podem determinar, inclusive, que as tarifas cobradas sejam reduzidas e/ou os investimentos que devem ser feitos sejam incrementados.

(ii) Os negócios, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se efetivem tempestivamente, impactando o fluxo de caixa.

Os reajustes periódicos, previstos no Contrato de Concessão para compensar os efeitos da inflação estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente.

Os demais ajustes, ou seja, aqueles não decorrentes dos efeitos da inflação, são feitos sempre com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, conforme previsto na legislação aplicável e no Contrato de Concessão, sendo que sua aplicação está diretamente relacionada à interpretação da matriz de riscos contratual que especifica os casos que são ou não imputáveis à Companhia ao longo da execução contratual.

A materialização de fatos reconhecidos na matriz contratual como não imputáveis à Companhia ou a alteração unilateral do Contrato de Concessão e de suas respectivas obrigações de investimento e índices de desempenho pode ensejar a instauração de procedimentos de reequilíbrio econômico financeiro, os quais se concentram, como regra, nas revisões ordinárias do Contrato de Concessão, realizadas a cada ciclo quadrienal ou, excepcionalmente, em caráter imediato em caso de eventos cujas consequências sejam suficientemente gravosas, por meio de revisão extraordinária. Ainda assim, a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro por meio de revisão ordinária ou extraordinária não é automática e depende da instauração de procedimento administrativo prévio.

Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e do Contrato de Concessão, na compensação por meio da prorrogação ou redução do prazo da Concessão, revisão do valor da tarifa quilométrica, alteração do plano original de investimentos ou do plano de investimentos vigente, revisão dos valores da outorga fixa ou variável, dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais, assunção de custos pelo Poder Concedente de custos atribuídos pelo Contrato de Concessão ao Concessionário, exploração de receitas acessórias para além do prazo de vigência do Contrato de Concessão e/ou alteração nos padrões de compartilhamento de receitas acessórias ou a combinação dos referidos mecanismos compensação para acomodar as alterações imprevistas supervenientes às assinaturas do Contrato de Concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.
Em caso de declaração de caducidade ou falência da Companhia ou, ainda de encampação da concessão, conforme previsto abaixo, a concessão da Companhia está sujeita à rescisão unilateral antecipada, e, nesse caso, os ativos sujeitos às respectivas concessões serão revertidos ao Poder Concedente.

Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade ou falência da Companhia, hipóteses de extinção do contrato por irregularidades praticadas pela concessionária, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, será limitada ao valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades.

O Poder Concedente pode, ainda, rescindir unilateralmente o Contrato de Concessão por encampação da concessão, hipótese de rescisão que independe de qualquer conduta da Companhia e pautada unicamente em razões de interesse público. Nos termos contratuais, em caso de encampação, o Poder Concedente é contratualmente obrigado a indenizar a Companhia pelos investimentos não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados pela Companhia, por encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, e lucros cessantes. Ainda assim, embora a indenização deva ser prévia, o cálculo do montante da indenização devido pode ensejar discussões e demandar tempo até o pagamento ser efetivamente realizado.

(iv) A eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.
Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à decretação de caducidade da concessão da qual é parte, podendo esta ser extinta, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência, por decretos do Poder Concedente. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ademais, o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará ao Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os credores receberão o pagamento dos direitos emergentes da concessão.

Sendo assim, a eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

(v) O aumento da concorrência poderia reduzir as receitas da Companhia.
Atualmente, as principais concorrentes da Companhia são as rodovias sob administração direta do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais que não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam o tráfego das rodovias que são operadas pela Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Conforme o programa de concessão de estradas avança, a Companhia está sujeita ao aumento de competição. O aumento na concorrência ou a melhoria patrocinada pelo Governo Federal e por governos estaduais e municipais de outras rodovias existentes poderia reduzir o tráfego nas rodovias que são operadas pela Companhia e, portanto, impactar adversamente suas receitas.

Além disso, com os investimentos para melhoria do sistema de transporte público, a Companhia está sujeita ao crescimento da competição de outras formas de transporte público, como, por exemplo, ônibus e trens. O aumento da competitividade e a melhoria do sistema de transporte público e das estradas por meio de subsídio dos governos podem reduzir o tráfego nas vias pedagiadas administradas pela Companhia, reduzindo as suas receitas e, consequentemente, impactando adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

(vi) O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de tarifa de pedágio, de acordo com os termos do Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras.

Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar, limitada apenas à garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado.

Se os custos da Companhia aumentarem ou suas receitas diminuírem significativamente ou tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos de concessão, ou ainda como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, e caso as medidas unilaterais ou as alterações legislativas não sejam reconhecidas como riscos alocados ao Poder Concedente para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Para mitigar esses riscos, a Via Araucária busca manter um diálogo contínuo com as autoridades e monitora o ambiente regulatório para antecipar mudanças. A Companhia também atua para garantir que seus direitos contratuais sejam respeitados, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

h. Regulação dos setores em que o emissor atue

(i) A Companhia atua em um ambiente altamente regulamentado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por ações governamentais.

As principais atividades comerciais da Companhia (operação, manutenção e melhoria de rodovias) são classificadas como um serviço público e, portanto, estão sujeitas a diversas regulamentações. A estratégia de condução das atividades pela Companhia pode ser afetada de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais se pode citar:

- discricionariedade do Poder Concedente no processo de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão;

- atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão estadual; e

- alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia;

A Companhia não pode prever as ações que serão tomadas pelo Governo no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.
(ii) A regulamentação governamental afeta as operações da Companhia e pode aumentar o custo do negócio, restringir suas operações e resultar em atrasos operacionais.
A Companhia está sujeita às leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e a segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas, importações, exportações, impostos e outras questões.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia e que estas alterações sejam consideradas como meramente procedimentais e que sejam negados o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que poderá ter impacto negativo significativo sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado, não sendo possível assegurar que qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessário será obtido e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças necessários podem interromper ou atrasar significativamente ou até restringir algumas as operações da Companhia.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, ou em multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

(iii) Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia
Mudanças na legislação tributária brasileira podem aumentar a carga tributária da Companhia e dos usuários de serviços prestados pela Companhia. Essas alterações incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal.

Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia e, na hipótese de não serem os custos adicionais repassados às tarifas cobradas pela Companhia, os resultados operacionais da Companhia e sua condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. Países estrangeiros onde o emissor atue

(i) Possíveis impactos negativos do cenário político e macroeconômico mundial na Companhia

Embora a Companhia atue somente no território nacional, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. O comportamento dos investidores frente aos acontecimentos e a eventuais crises em países emergentes pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras.

Ademais, crises nas políticas econômicas dos Estados Unidos e de países da União Europeia poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Essa situação pode dificultar a captação de recursos pela Companhia por meio do mercado de capitais e a outras formas de financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis ou absolutos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

j. Questões sociais

(i) Riscos relacionados a movimentos sociais, greves e paralisações

A Companhia está sujeita a interrupções causadas por protestos e bloqueios promovidos por movimentos sociais, que podem resultar em redução do tráfego nas concessões rodoviárias, impactando negativamente a receita e exigindo a ativação de planos de contingência com custos adicionais.

Um exemplo recente ocorreu em março de 2025, quando o povo indígena Munduruku bloqueou a BR-163 por vários dias em protesto contra a Lei nº 14.701, restringindo o fluxo no principal corredor logístico da região e expondo a operação a riscos à segurança de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas. É possível que ativos da Companhia sejam alvo de ocupações ou obstruções semelhantes, com reflexos adversos sobre resultados operacionais, reputação e geração de caixa.

(ii) Risco de segurança, violência e atos ilícitos

As atividades da Companhia também estão expostas a riscos de segurança, incluindo assaltos, sequestros, roubo de equipamentos, vandalismo ou mesmo ameaças de natureza criminosa ou terrorista em suas rodovias e instalações.

A ocorrência de tais eventos pode comprometer a integridade de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas, além de causar danos à infraestrutura das concessões. Situações dessa natureza podem acarretar custos adicionais, afetar adversamente a continuidade das operações e prejudicar a imagem e a reputação da Companhia, com reflexos negativos em seus resultados

k. questões ambientais

(i) A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas à extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A aprovação de leis e regulamentos ambientais mais rigorosos pode forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, incrementar o valor dos investimentos já planejados. Essas alterações podem ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Tais sanções podem incluir a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Atrasos ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação, na esfera civil, de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, perda ou restrição de incentivos fiscais, o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

(i) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.
A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, consequentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(ii) Algumas rodovias administradas pela Companhia estão localizadas em regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos
Algumas das áreas onde estão localizadas as rodovias administradas pela Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos da Companhia e diminuição de suas receitas, o que pode afetar adversamente os seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

(i) Influência governamental e instabilidade de políticas econômicas

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira, o que pode impactar diretamente as operações da Companhia. O histórico de implementação de políticas fiscais, monetárias, cambiais e regulatórias gera um ambiente de incerteza que pode afetar adversamente os negócios.

As principais variáveis sujeitas a alterações governamentais que representam riscos à Companhia incluem:

- **Políticas Monetária e Cambial:** Alterações nas taxas de juros (SELIC) e na taxa de câmbio, que impactam o custo de captação de recursos e o serviço da dívida.

- **Regime Tributário:** Modificações na legislação tributária, incluindo a criação de novos impostos, extinção de incentivos ou alteração de alíquotas (ex: PIS/COFINS, IRPJ/CSLL).

- **Controle de Preços e Tarifas:** Medidas que visem o controle de preços ou que interfiram na política tarifária do setor de infraestrutura e rodovias.

- **Restrições de Capital e Crédito:** Mudanças nas regras de concessão de crédito ou restrições à movimentação de capitais e importações.

A Companhia não possui controle sobre as medidas que o Governo Federal venha a adotar, tampouco capacidade de prevê-las com exatidão. Eventuais mudanças drásticas ou a manutenção de cenários de instabilidade política e econômica podem prejudicar:

- A execução da estratégia de negócios;
- A situação econômico-financeira e os resultados operacionais;
- A percepção de risco por parte dos investidores;

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Risco	*Risco Específico*	*Impacto Potencial*	*Área de Mitigação*
Contratuais	Alteração unilateral das condições contratuais pelo poder concedente.	Desequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato e incerteza regulatória.	Jurídica e Regulamentação
Operacionais	Ineficiência na Gestão de contratos e fornecedores.	Atrasos e Aumento de Custos nos projetos, falha na qualidade da entrega.	Processos e Tecnologia (Implementação de um sistema de GRC)
Climáticos	Ocorrência de mudanças relevantes no clima (inundações, erosões).	Danos à Infraestrutura, interrupção operacional e aumento dos custos de manutenção.	Engenharia e Planejamento (Resiliência da Infraestrutura)
Financeiros	Falha na entrega das intervenções e melhorias dentro do prazo do cronograma físico-financeiro.	Perda de Receita (por não atingir marcos), multa e desiquilíbrio econômico-financeiro.	Gestão de Projetos e Controle de Orçamento
Tributários	Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais ou diferentes interpretações da lei.	Aumento inesperado da Carga Tributária e riscos de autuações fiscais.	Auditoria e Consultoria Fiscal

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4. Fatores de Risco

4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está sujeita a riscos de mercado inerentes às suas atividades, decorrentes da volatilidade de indicadores econômicos como inflação, taxas de juros e câmbio. Tais variações podem impactar, direta ou indiretamente, os resultados operacionais e financeiros, bem como a capacidade de captação de recursos para o financiamento de suas operações. Apresentamos, a seguir, os principais fatores de risco monitorados, ressaltando que esta listagem possui caráter exemplificativo e não exaure todas as hipóteses que possam afetar o desempenho da Companhia.

(i) Riscos de taxa de juros e inflação.

Futuras intervenções do Governo Federal, como redução das taxas de juros, interferência no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação e levar a políticas anti-inflacionárias que poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Risco relacionado aos reajustes nas tarifas previstas nos contratos de concessão: O contrato de concessão da Companhia prevê reajustes periódicos nas tarifas cobradas. Esses reajustes estão atrelados às variações acumuladas de índices de inflação. Logo, na ocorrência de oscilações para baixo, a Companhia poderá sofrer redução nas tarifas cobradas e, consequentemente, na receita operacional auferida.

Risco de aumento nos preços de produtos, insumos e serviços: Oscilações para cima nos índices de inflação poderão incorrer em maiores custos e despesas com materiais e serviços necessários para a continuidade e manutenção das operações e negócios.

Risco relacionado à rentabilidade das aplicações financeiras: A maior parte das aplicações financeiras da Companhia é remunerada pela variação do CDI. Logo, uma redução nesta taxa poderá reduzir as receitas financeiras da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:

Referência para ativos financeiros	Cenário Provável	
Risco redução	31.12.2025	31.12.2024
DI Ativo (% a.a)[1]	12,15%	14,65%

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025			Cenário Provável
Ativos Financeiros	31/12/2025	Risco	%	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	282.108	CDI	12,15%	34.276
Aplicações financeiras	50.166	CDI	12,15%	6.095
Total	**332.274**			**40.371**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**332.274**			**40.371**

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024			Cenário Provável
Ativos Financeiros		Risco	%	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	194.463	CDI	14,65%	28.489
Aplicações financeiras	289.955	CDI	14,65%	42.478
Total	**484.418**			**70.967**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**484.418**			**70.967**

[1]Os indicadores utilizados para 2025 foram obtidos da projeção do BACEN no boletim Focus de 26 de dezembro de 2025 publicado em 29 de dezembro de 2025.

(ii) Risco de crédito.

Decorre da possibilidade da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O risco de crédito da Companhia existe dada a possibilidade de ela ou suas controladoras sofrer perdas decorrentes de contrapartes, tais como bancos onde são aplicados os recursos a receber, seguradoras com indenizações a serem pagas e clientes com os quais a Companhia possui contratos de receita acessória.

A Companhia realiza avaliação da situação econômico-financeira das instituições financeiras que possui relacionamento. Além disso, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia investe em certificados de depósitos bancários (CDBs) de bancos de primeira linha e fundos de investimento de baixo risco, com liquidez diária. A Companhia procura manter contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito, de modo que seja reduzida a exposição ao risco de concentração de crédito.

(iii) Risco de liquidez.

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo Contratual	Até 1 Ano	Acima de 1 a 5 Anos
Fornecedores	38.036	38.036	38.036	-
Arrendamento mercantil a pagar	9.668	11.343	4.457	6.886
Contas a pagar - Partes relacionadas	995	995	995	-
Credores pela concessão	68.637	69.528	69.528	-
	117.336	**119.902**	**113.016**	**6.886**

A abordagem de gestão de risco da Companhia visa assegurar, na máxima extensão possível, que haverá liquidez suficiente para honrar as obrigações nos seus respectivos vencimentos, tanto em condições operacionais normais quanto em cenários de estresse, prevenindo perdas ou o risco de dano à reputação da Companhia ou de suas controladoras.

A Companhia mitiga o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, isso é realizado através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, e pela correta combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os indicadores de liquidez da companhia apresentam índices positivos que corroboram com a estratégia aplicada.

(iv) Riscos relacionados à legislação tributária

Mudanças na legislação tributária brasileira podem aumentar a carga tributária da Companhia e dos usuários de serviços prestados pela Companhia. Essas alterações incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal.

Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia e, na hipótese de não serem os custos adicionais repassados às tarifas cobradas pela Companhia, os resultados operacionais da Companhia e sua condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

(v) Riscos relacionados aos mercados estrangeiros

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. O comportamento dos investidores frente aos acontecimentos e a eventuais crises em países

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

emergentes pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras.

Ademais, crises nas políticas econômicas dos Estados Unidos e de países da União Europeia poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Essa situação pode dificultar a captação de recursos pela Companhia por meio do mercado de capitais e a outras formas de financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos, afetando adversamente os negócios da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Nº PROCESSO	**5012178-53.2024.4.04.7000**
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	Vara Federal de Curitiba/PR
B. INSTÂNCIA	1ª
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	16.04.2024
D. PARTES DO PROCESSO[1]	Via Araucária X Município de Lapa
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Direito de ir e vir dos moradores do Município de Lapa
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Alega o Município que a cobrança de tarifa de pedágio aos moradores do Distrito de Mariental fere vários princípios, pois a localização da praça de pedágio limita o acesso dos moradores ao trabalho, familiares e diversos serviços públicos, devendo ser condenada a concessionária a isentar o pagamento da tarifa de pedágio.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Liminar requerida pelo município indeferida em 05/04/2024, com interposição de recurso pelo Município. Recurso desprovido em Agravo de Instrumento e Agravo Interno.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Conhecimento – processo em fase de instrução
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remota
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante, na medida em que se trata de ação coletiva e que eventual procedência impacta significativamente na arrecadação da Concessionária.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	Eventual procedência impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do distrito de Mariental.

[1] *Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.*

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	5012204-51.2024.4.04.7000
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	Vara Federal de Curitiba/PR
B. INSTÂNCIA	1ª
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	25.03.2024
D. PARTES DO PROCESSO[1]	Via Araucária X Município de Balsa Nova
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Ilegitimidade do Município a promulgar Lei Municipal que interfira em áreas de titularidade federal/estadual e que impactem em contrato firmado entre a Concessionária e a ANTT.
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	A Concessionária requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 1362/2024, que o município de Balsa Nova se abstenha da prática da Lei Municipal 1362/2024, bem como impor a ANTT a prática de todos os atos jurídicos necessários a execução do contrato de concessão e PER.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Decisão que deferiu a tutela provisória proferida em 02/04/2024 para afastar a aplicação da lei municipal e impedir a aplicação de sanções em face da Concessionária. União ingressou ao feito enquanto assistente anômala da Via Araucária.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Julgamento – aguarda decisão de mérito
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remota
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que a Lei isenta, sem legitimidade, o pagamento da tarifa aos moradores da cidade.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	Eventual improcedência do pedido da concessionária impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Balsa Nova.

[1] *Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.*

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	5011678-84.2024.4.04.7000
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	Vara Federal de Curitiba/PR
B. INSTÂNCIA	2ª
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	21.03.2024
D. PARTES DO PROCESSO[1]	Via Araucária X Município de Porto Amazonas
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Ilegitimidade do Município a promulgar Lei Municipal que interfira em áreas de titularidade federal/estadual e que impactem em contrato firmado entre a Concessionária e a ANTT.
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	A Autora requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 1269/2024, que o município de Porto Amazonas se abstenha da prática da Lei Municipal, bem como impor a ANTT a prática de todos os atos jurídicos necessários a execução do contrato de concessão e PER.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Liminar deferida em 22/03/2024 para afastar a aplicação da lei municipal e impedir a aplicação de sanções em razão da não concessão de isenções. Despacho saneador proferido em 11/10/2024. Sentença de procedência proferida em 22/08/2025, com a declaração de que a Via Araucária não está obrigada a aplicar a isenção previsa na Lei Municipal impugnada.
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Recursal – aguarda apreciação de apelação interposta pelo Município de Porto Amazonas e pela ANTT.
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remota
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que a Lei isenta, sem legitimidade, o pagamento da tarifa aos moradores da cidade.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	Eventual improcedência do pedido da concessionária impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Porto Amazonas.

[1] *Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.*

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	5011738-57.2024.4.04.7000
NATUREZA:	Cível
A. JUÍZO	Vara Federal de Curitiba/PR
B. INSTÂNCIA	2ª
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	21.03.2024
D. PARTES DO PROCESSO[1]	Via Araucária X Município de Lapa
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Ilegitimidade do Município a promulgar Lei Municipal que interfira em áreas de titularidade federal/estadual e que impactem em contrato firmado entre a Concessionária e a ANTT.
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	A Autora requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 4207/2024, que o município de Lapa se abstenha da prática da Lei Municipal
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Tutela de urgência deferida em 24/05/2024 para suspender a eficácia das leis municipais e autorizar a cobrança da tarifa de pedágio. Sentença de extinção do feito sem resolução de mérito, tendo sido considerada inadequada a via eleita para a formulação de inconstitucionalidade de lei municipal
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Recursal – Aguarda Julgamento de Apelação Interposta pela Via Araucária
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Possível
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que a Lei isenta, sem legitimidade, o pagamento da tarifa aos moradores da cidade.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	Eventual improcedência do pedido da concessionária impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Porto Amazonas.

[1] *Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.*

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº PROCESSO	0000636-06.2025.5.09.0004
NATUREZA:	Trabalhista
A. JUÍZO	04ª Vara do Trabalho de Curitiba
B. INSTÂNCIA	2ª
C. DATA DE INSTAURAÇÃO	26.04.2025
D. PARTES DO PROCESSO[1]	Via Araucária X SINTRAPAV/PR
E. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Representação de parcela de funcionários por outro sindicato
F. PRINCIPAIS FATOS DO PROCESSO	Alega o SINTRAPAV/PR, que uma parcela dos funcionários da VA, envolvidos em serviços específicos de conservação e manutenção das vias, teriam de ser representados por eles. E não pelo SINDECREP, como ocorre atualmente.
G. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Proferida sentença de improcedência. Interposto Recurso Ordinário pelo Sindicato. Mantida a sentença de primeiro grau pelo TRT9, por unanimidade. Aguarda trânsito r
H. ESTÁGIO DO PROCESSO	Recursal
I. POSSIBILIDADE DE PERDA	Remota
J. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que eventual alteração do Sindicato poderia invalidar o ACT considerado no plano de negócios da Companhia.
K. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	Com a remota procedência do pedido da concessionária, poderá haver significativo impacto nas verbas trabalhistas devidas pela Concessionária, posto que o ACT firmado com o SINDECREP, e considerado no plano de negócios, restaria invalidado

[1] *Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.*

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na jurisprudência aplicável, classifica a probabilidade de perda dos processos como provável, possível ou remota. Nesse contexto, entende que as medidas legais adotadas em cada caso são suficientes para resguardar o patrimônio da Companhia, não havendo necessidade de constituição de provisões adicionais além daquelas já registradas.

Em 31 de dezembro de 2025 o total provisionado é de aproximadamente R$288 mil consolidado entre provisões para contingências Cíveis e Trabalhistas.

Contingências	Prognóstico	31.12.2025	%
Cíveis[a]	Provável	230	79,9%
Trabalhistas[b]	Provável	58	20,1%
Total		**288**	**100,0%**

[a] *Processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, em que a Companhia é parte.*

[b] *Processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros, em que a Companhia é parte.*

4.6 Processos sigilosos relevantes

4. Fatores de risco

4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Em **31 de dezembro de 2025**, a Companhia divulgou, no **item 4.4**, a totalidade dos processos em que figura como parte, abrangendo todos os seus processos.

4.7 Outras contingências relevantes

4. Fatores de risco

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data base 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

5.2 Descrição dos controles internos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2 Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis

5.2 Descrição dos controles internos

internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). *(KPMG Auditores Independentes Ltda.)*

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando que não foram detectadas quaisquer deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia, os diretores da Companhia não possuem comentários.

5.3 Programa de integridade

5 Política de gerenciamento de riscos e controle internos

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:
A Companhia possui um Programa de Integridade, composto por regras e normas fixadas por meio de políticas e procedimentos internos, visando a disseminar as melhores práticas de governança corporativa e orientar quais condutas são esperadas de seus colaboradores, parceiros de negócio e os e demais públicos com os quais interage.

O Programa de Integridade é instrumentalizado por meio de políticas e procedimentos internos criados com o intuito de formalizar o posicionamento da Companhia perante os colaboradores, reforçando aspectos fundamentais e garantidores da conformidade de seus processos, aprimorando os mecanismos de difusão da cultura ética e da gestão por meio da mitigação de riscos, prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios éticos em suas atividades.

Nesse sentido, o principais mecanismos de integridade adotado pela Companhia voltado pra a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética e sua Política Anticorrupção, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes que devem ser observadas na condução de todos os negócios da Companhia e estabelecer que esta não é conivente, em hipótese alguma, com qualquer ação ou omissão que possa repercutir em violação às disposições da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) ou, quando aplicável, das regras previstas em leis estrangeiras como o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), dos Estados Unidos da América, e o UK Bribery Act (UKBA), do Reino Unido.

5.3 Programa de integridade

Dentre outros temas relacionados à prevenção e combate à corrupção, a Política Anticorrupção versa sobre: (i) prevenção a práticas de corrupção e suborno; (ii) tolerância zero a extorsão ou pagamentos de facilitação; (iii) procedimentos para contribuições a causas beneficentes e doações; (iv) vedação a contribuições para partidos políticos; (v) regras sobre brindes, entretenimentos e hospitalidade; (vi) patrocínios; (vii) orientações sobre participação em licitações; (viii) interação com poder público; (ix) interação com fornecedores; e (x) obtenção de licenças.

Sua aplicação abrange todos os colaboradores, acionistas, administradores, conselheiros, consultores, diretores, auditores, prepostos, funcionários, estagiários, menores aprendizes, contratados terceirizados ou pessoa agindo em nome da Companhia, assim como terceiros com que tenha alguma relação, incluindo fornecedores, consultores, parceiros de negócios, clientes e demais prestadores de serviços.

O Código de Conduta Ética da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, também reforça o compromisso com a legalidade de seus atos, enfatizando que a Companhia não tolera qualquer conduta ilegal, de suborno ou corrupção por parte de seus colaboradores.

Nesse sentido, o Código de Conduta Ética da Companhia explica, didaticamente, conceitos como suborno e corrupção, dentre outros, apresenta as práticas vedadas pela Lei Anticorrupção e orienta que todos os colaboradores da Companhia devem sempre:

a. conduzir as relações comerciais em estrita observância à legislação, às práticas de mercado, aos bons costumes e às orientações de órgãos reguladores;
b. ser diligente, cordial e atencioso no trato com os órgãos públicos, poder concedente, agência reguladora, fornecedores, prestadores de serviços ou quaisquer outras concessionárias que se relacionem com a Companhia;
c. jamais fazer negócios visando interesse ou vantagem pessoal direta ou indireta;
d. observar rigorosamente os padrões operacionais e normas de segurança fixados pela Companhia, em especial procedimentos, prazos e formas de reporte.

O Código de Conduta Ética determina, ainda, que toda tratativa com órgãos públicos e/ou o poder concedente deverá ser realizada na presença de pelo menos 2 (dois) colaboradores da Companhia.

5.3 Programa de integridade

Além disso, o Código de Conduta Ética estabelece que a Companhia não financia ou promove partidos ou organizações políticas, nem seus representantes ou candidatos, ou outras atividades que tenham como fim a propaganda política, bem como não patrocina e nem faz doações, salvo a causas beneficentes, éticas e legais, desde que devidamente aprovadas pela Diretoria da Companhia.

A esse respeito, vale ressaltar, ainda, que a Companhia possui, especificamente, uma Política de Doação e Patrocínios, que estabelece as diretrizes para a realização de doações e patrocínios pela Companhia, a fim de garantir que essas contribuições ocorram com o mais elevado padrão de transparência, integridade e legalidade.

Para garantir a efetividade e o cumprimento de seu Programa de Integridade, do qual fazem parte a Política Anticorrupção, o Código de Conduta Ética e a Política de Doação e Patrocínios, a Companhia possui a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares.

Assim, uma vez apurado algum ato contrário as nossas diretrizes de integridade, este será avaliado pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais da Companhia.

Adicionalmente, a Política de Avaliação de Padrões Comportamentais e de Aplicação de Medidas Disciplinares norteia os parâmetros das medidas disciplinares que possuem caráter educativo e/ou punitivo.

A dosimetria das medidas disciplinares será avaliada caso a caso, de acordo com a natureza e abrangência dos fatos comprovados, face a participação do envolvido, bem como os reflexos dos atos praticados em relação à imagem e valores da Companhia.

Já os parceiros de negócio da Companhia que violarem o Programa de Integridade estarão sujeitos à rescisão contratual, sem prejuízo da adoção de outras medidas indenizatórias, inclusive judiciais, tudo em consonância com as legislações aplicáveis e clausulas contratualmente previstas.
Estes mecanismos e procedimentos de integridade são reavaliados e, se necessário adaptados, anualmente, de forma ordinária e, em menor período, quando da ocorrência de eventos extraordinário.

5.3 Programa de integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, se existentes.

O Manual do Programa de Integridade, orienta a implementação do Programa de Integridade da Companhia, estabelecendo, dentre outras, a estrutura de Governança para Gestão e Monitoramento do Programa de Integridade da Companhia que é formado, conjuntamente, pelo Compliance Officer, pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e Conselho de Administração da Companhia.

Abaixo são descritas as atribuições de cada um dos componentes desta estrutura:

Compliance Officer: sua principal atribuição é orientar e promover o programa de integridade da Companhia. O Compliance Officer realiza a gestão do dia a dia do Programa de Integridade, o que inclui:

i. esclarecer dúvidas dos colaboradores e consulentes;

ii. acompanhar os desdobramentos relativos ao Canal de Ética e privacidade e assegurar o reporte das violações identificadas e seus resultados à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, e quando aplicável, à diretoria executiva e ao conselho de administração;

iii. receber, monitorar e registrar o reporte de recebimento brindes, entretenimento ou hospitalidade pelos colaboradores;

iv. encaminhar temas à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e ao conselho de administração, conforme o caso;

v. propor e estabelecer mecanismos e/ou protocolos de monitoramento, controle, acompanhamento e treinamento para prevenir potenciais condutas ilegais e antiéticas.

Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais: órgão responsável por receber denúncias, investigar, avaliar e julgar as violações ao Código de Conduta Ética, Política Anticorrupção e demais normas e políticas aplicáveis da Companhia, de forma imparcial e confidencial, garantindo a proteção dos temas e das pessoas envolvidas.

5.3 Programa de integridade

Conselho de Administração: supervisiona, avalia, define estratégias e controla se as metas do Programa de Integridade estão sendo cumpridas. O Compliance Officer, cargo formalmente criado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2024, reporta-se ao Conselho de Administração.

A Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, por sua vez, teve sua constituição formalmente ratificada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2024 e se reporta ao Conselho de Administração.

Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais gozam de proteção institucional diante de eventuais tentativas de retaliação por parte de envolvidos em denúncias (denunciantes e denunciados) e diante de eventuais tentativas de represália por parte da Companhia.

Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais possuem total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas em função de seu cargo, não podendo, de qualquer modo, divulgar seu conteúdo para outros colaboradores ou para quaisquer outros terceiros que não seja no interesse das apurações das denúncias.

Por fim, ressalta-se que o Conselho de Administração da Companhia, órgão formalmente criado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de julho de 2022, em linha com a lógica hierárquica prescrita pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), possui autonomia operacional para desempenhar suas atribuições legais e estatutárias e não se reporta diretamente a qualquer órgão da estrutura administrativa da Companhia, sem prejuízo das prerrogativas legais de fiscalização da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, quando instalado.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

1. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui um Código de Conduta Ética, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2024, que é aplicável a todos os

5.3 Programa de integridade

administradores e colaboradores da Companhia, bem como a terceiros com os quais a Companhia se relaciona.

2. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O descumprimento das normas contidas no Código de Conduta Ética é passível de medidas disciplinares:

(a) Advertência verbal;

(b) Advertência por escrito;

(c) Suspensão;

(d) Demissão sem justa causa;

(e) Demissão por justa causa.

A aplicação de qualquer uma das medidas disciplinares descritas acima possui regramento estabelecido na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, as quais, dentro das alçadas estabelecidas, sendo definida pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, de acordo com a gravidade da infração e de forma consistente e proporcional ao descumprimento, independentemente da hierarquia, posição/senioridade do colaborador.

3. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2024 e está disponível publicamente no site da companhia https://viaaraucaria.com.br/etica-integridade-e-privacidade/.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncia é interno ou se está a cargo de terceiros:

O canal de denúncias é gerido por uma empresa independente, que recebe os relatos e os encaminha à área de **Compliance** e aos membros do seu Comitê, garantindo total sigilo e confidencialidade por meio de ferramentas seguras.

5.3 Programa de integridade

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

Colaboradores e terceiros podem registrar suas denúncias por meio dos canais oficiais disponibilizados pela Companhia.

 Website: https://www.contatoseguro.com.br/viaaraucaria

 Telefone (0800 810 8134)

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:

O Canal de Ética da Companhia é externo, gerido pela prestadora Contato Seguro, e é assegurado o anonimato e proteção dos denunciantes de boa-fé, conforme estabelecido na Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação da Companhia.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Diretoria de Compliance e Riscos conduz as investigações, com supervisão do Comitê de Ética no que tange à operação do Canal.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas[1]

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve registro de denúncias de nenhum tipo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia possui regras voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

[1] A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados

5.4 Alterações significativas

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

5.5 Outras informações relevantes

5 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que, em linha com as melhores práticas de segurança disponíveis no mercado, realiza testes periódicos de invasão a seus sistemas (pentest), com o auxílio de empresa referência no segmento de segurança da informação nos mercados nacional e internacional, buscando identificar vulnerabilidades que possibilitem ataques hackers aos sistemas da Companhia.

Além disso, a Companhia possui equipe de segurança da informação e parceiros contratados para as questões de infraestrutura de rede, update de sistema críticos, atualizações de firewall e antivírus.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING III S.A.		

51.588.411/0001-80	Brasil	Não	Sim	27/12/2023	
Não					
735.074.410	100,000	0	0,000	735.074.410	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL					
735.074.410	100,000	0	0,000	735.074.410	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING III S.A.				**51.588.411/0001-80**	
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING II S.A.					
52.237.198/0001-25	Brasil	Não	Sim	14/12/2023	
Não					
1.205.000.400	100,000	0	0,000	1.205.000.400	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.205.000.400	100,000	0	0,000	1.205.000.400	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING II S.A.				**52.237.198/0001-25**	
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING I S.A.					
52.221.609/0001-94	Brasil	Não	Sim	14/12/2023	
Não					
1.250.000.400	100,000	0	0,000	1.250.000.400	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.250.000.400	100,000	0	0,000	1.250.000.400	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING I S.A.				**52.221.609/0001-94**	
OREGON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
51.693.767/0001-84	Brasil	Não	Não	14/12/2023	
Não					
817.500.000	65,400	0	0,000	817.500.000	65,400
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V MASTER BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES					
51.504.445/0001-40	Brasil	Não	Não	14/12/2023	
Não					
91.387.250	7,311	0	0,000	91.387.250	7,311
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES					
61.475.764/0001-28	Brasil	Não	Não	26/06/2025	
Não					
341.112.750	27,289	0	0,000	341.112.750	27,289
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING I S.A.				**52.221.609/0001-94**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.250.000.000	100,000	0	0,000	1.250.000.000	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/01/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6. Controle e grupo econômico

6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os

acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

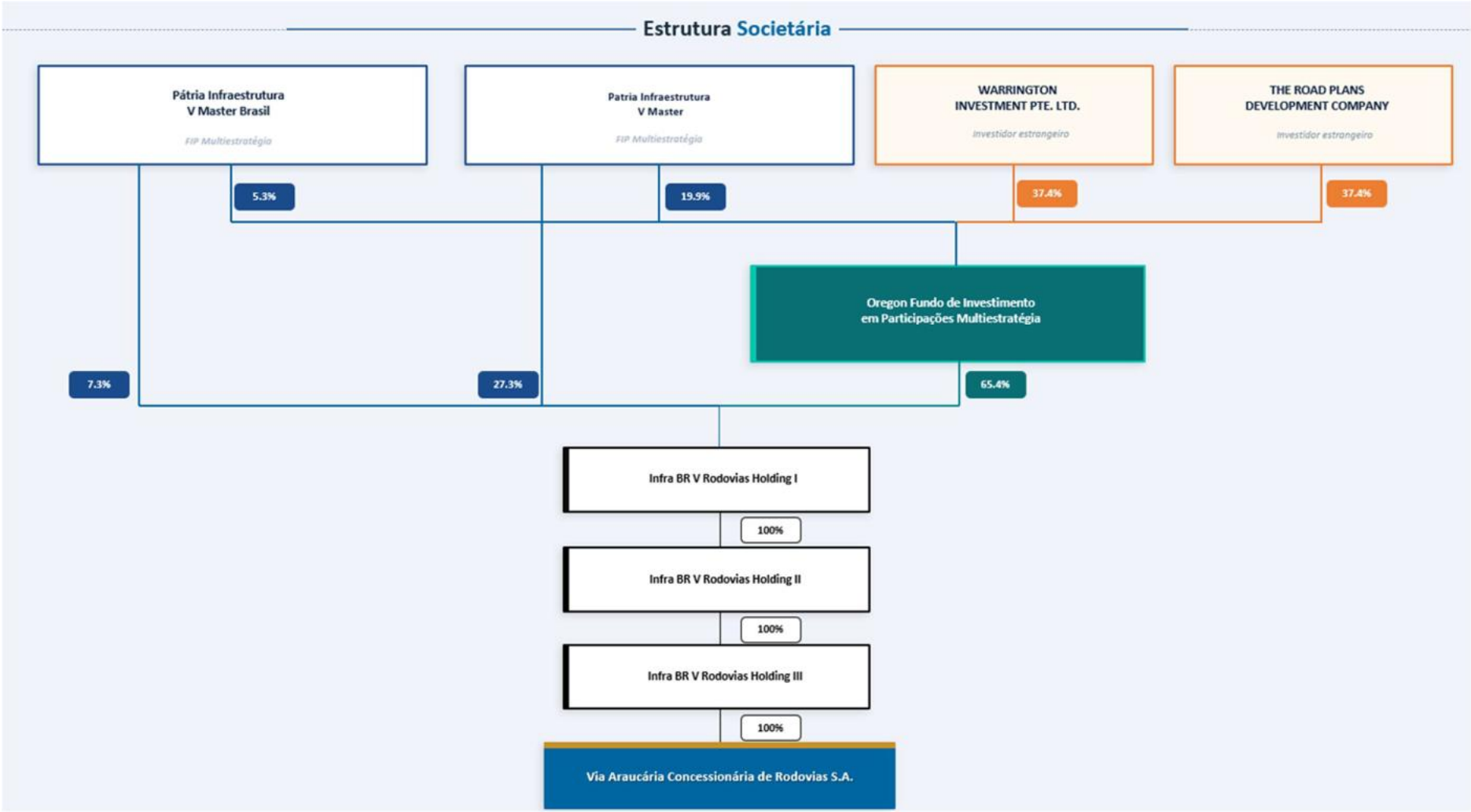
b. principais controladas e coligadas do emissor

c. participações do emissor em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

e. principais sociedades sob controle comum

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6. Controle e grupo econômico

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A companhia declara que todas as informações relevantes pertinentes a esse tópico já foram contempladas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7 Assembleia geral e administração

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses
De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

d. por órgão: (i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero; (ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça; (iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável; (iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes
Informação preenchida na tabela estruturada do sistema.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal
A Companhia não estabelece metas específicas relacionadas à diversidade de gênero, cor, raça ou outros atributos entre os integrantes de seus órgãos de administração e do conselho fiscal.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima
Os órgãos de administração não possuem atribuições específicas para avaliar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	**0**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	**0**	**10**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	**0**	**10**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7 Assembleia geral e administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome DANIEL BECKER **CPF:** 034.375.929-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/04/1982

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Becker é brasileiro, com formação acadêmica em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor e Conselheiro da Companhia.
Possui 20 anos de experiência, concentrada nos setores de Logística e Transporte. No Pátria Investimentos há 8 anos, trabalhou no desenvolvimento da tese de concessões rodoviárias dentro do Pátria Infraestrutura. Previamente ao Pátria, foi Gerente Geral de Melhoria de Performance e Inovação na VLI S.A e Principal na Bain & Company. O Sr. Daniel informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Daniel declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/06/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Gestão Estratégica	17/06/2025		19/08/2024
Conselho de Administração	27/02/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/02/2026	Sim	12/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome FABRÍCIO RODRIGUES AMARAL **CPF:** 040.156.326-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 31/05/1979

Experiência Profissional: O Sr. Fabrício Rodrigues Amaral ocupa a função de Operating Partner liderando o portfólio de Rodovias LATAM no Pátria Investimentos. Com mais de 20 anos de experiência ocupou posições de liderança sênior e C-Level com passagens pela Ambev, RHI Magnesita e Pátria. Entre 2007 e 2014 atuou como COO LATAM na RHI Magnesita. Atua no Pátria desde 2014, ocupando posições de COO, CEO de investida, Head de Operações & Supply Chain do Portfolio Pátria e Operating Partner do Setor de Rodovias e Logística. Atuou como membro de Conselho de Administração da Lavoro, Grupo Avidanti (Colômbia), SuperFrio, CropCare, Icestar (Chile). Hoje é Conselheiro das empresas CART, Entrevias, Eixo, Via Araucária, Rutas a Sur, Rutas del Vale e Evolution Mobilty. Possui formação em Engenharia Mecânica pela UI. Executivo com grande experiência em project finance, gestão de capex e operações, tendo implantado importantes projetos no Brasil, Colômbia e outros países LATAM. Adicionalmente, o Sr. Fabrício declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/02/2026	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		27/02/2026	Sim	12/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO **CPF:** 063.255.958-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador e Advogado **Data de Nascimento:** 31/05/1967

Experiência Profissional: O Sr. Gilson de Oliveira Carvalho é brasileiro, com graduação em Direito pelo Centro Universitário Capital, em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco, em Administração pela PUC-MG e em Economia pela UNIP, além de diversos outros aprimoramentos. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia, e desempenha seu papel há mais de um ano. Adicionalmente, o Sr. Gilson declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/06/2025	1 ano	Diretor de Relações com Investidores		17/06/2025		08/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome LUIZ CLAUDIO TORELLI **CPF:** 612.434.426-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Aeronáutico **Data de Nascimento:** 27/02/1969

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Claudio Torelli é brasileiro, graduado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Possui 30 anos de experiência, e atualmente, trabalha como Chefe da Unidade de Negócios de Conservação e Manutenção da IBH I Participações e Serviços (controlada pela Patria Investments), sendo o Diretor Corporativo de Conservação e Manutenção da Companhia. Adicionalmente, o Sr. Luiz declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/06/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Conservação e Manutenção	17/06/2025		08/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome PEDRO HENRIQUE CARAMORI VELOSO **CPF:** 329.723.058-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 29/09/1984

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Henrique Caramori Veloso é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de São Carlos.
Possui mais de 15 anos de experiência em projetos e implantações de obras de engenharia de diversos portes, e atualmente ocupa o cargo de Diretor da Companhia.
Adicionalmente, o Sr. Pedro declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/06/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Engenharia	17/06/2025		08/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome RICARDO FERNANDES PRADO ALVES **CPF:** 230.056.838-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/10/1988

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo Fernandes Prado Alves ocupa a posição de Vice-Presidente Sênior no time de investimentos em Infraestrutura do GIC, fundo soberano de Singapura com mais de US $100 bilhões sob gestão. Possui mais de 14 anos de experiência em investimentos em empresas de capital aberto e fechado. Anteriormente ao GIC, integrava o time da Warburg Pincus no Brasil, fundo dedicado a investimentos em Private Equity, e trabalhou como analista e gestor de ações de empresas listadas na mesa proprietária do Banco Santander. Iniciou sua carreira na McKinsey&Co como consultor e possui formação acadêmica em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. Ricardo informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Ricardo declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/02/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/02/2026	Sim	12/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome SAMUEL JESSE BIESIADA **CPF:** 123.456.789-09 **Passaporte:** 677123513 **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profissão:** Head of the Diversified & Value Private Equity Section **Data de Nascimento:** 20/12/1989

Experiência Profissional: O Sr. Samuel Jesse Biesiada, norte-americano, solteiro, portador do passaporte nº 677123513, com endereço comercial na Arábia Saudita, em Public Investment Fund Tower, King Abdullah Financial District (KAFD), 1.16, na Al Aqeeq District, Riyadh 13519, formado em 2012 pela Universidade de Georgetown e ocupa o cargo de conselheiro na Companhia. Possui doze (12) anos de experiência nas áreas de Private Equity e Investment Banking. Trabalha no Public Investment Fund ("PIF") há 8 (oito) anos, onde ocupa o cargo de Head of the Diversified & Value Private Equity Section e contribuiu para o desenvolvimento dos investimentos internacionais do PIF. Antes de assumir a sua posição atual, integrava o time da Citigroup Investment Banking em Londres. O Sr. Samuel informa que não exerce outros cargos administrativos em sociedades ou organizações do terceiro setor. Além disso, ele declara não ser considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme a regulamentação vigente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/02/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/02/2025	Sim	12/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome SÉRGIO RAY SANTILLÁN **CPF:** 217.030.218-27 **Passaporte:** V223559-S **Nacionalidade:** Argentina **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/09/1961

Experiência Profissional: O Sr. Sérgio Ray Santillán é argentino, formado em Engenharia Aeronáutica pela Universidad Nacional de Cordoba. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia. Trabalhou no setor aeroespacial, na Itália, por 6 anos concomitante com seus estudos de doutorado em Engenharia Aeroespacial, no Politécnico di Torino. Além disso, Sérgio atua na Companhia há mais de um ano, e afirma que sua gestão foca no compromisso com stakeholders - acionistas, comunidade e contratos de concessão. Adicionalmente, o Sr. Sérgio declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/06/2025	1 ano	Diretor Presidente / Superintendente		17/06/2025		08/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

Nome THIAGO DE PAULA BRONZI **CPF:** 364.109.338-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 13/01/1988

Experiência Profissional: Antes de ingressar na Pátria em 2011, o Sr. Thiago de Paula Bronzi trabalhou na A.T. Kearney na área de estratégia de negócios e no Banco BBM em pesquisa macroeconômica. Participou do desenvolvimento da Highline, empresa de torres criada pela Pátria em 2012, e participou das iniciativas de rodovias do fundo (Entrevias, Eixo SP, Cart e Via Araucaria). É formado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Atualmente, ocupa o cargo de Conselheiro na Companhia. O Sr. Thiago informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/02/2026	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		27/02/2026	Sim	12/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Qualquer Condenação	Declara que, nos últimos cinco anos, não sofreu qualquer condenação criminal, nem foi condenado em processos administrativos pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados, bem como não recebeu penas aplicáveis. Afirma também que não foi alvo de condenação definitiva, seja judicial ou administrativa, que tenha resultado em suspensão ou inabilitação para exercer atividade profissional ou comercial. Além disso, declara não ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, com suas alterações.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7 Assembleia geral e administração

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

7 Assembleia geral e administração

7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esse tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8 Remuneração dos administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00		5,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não é remunerado, porém, os membros do conselho exercem funções de diretores em outras unidades do mesmo grupo econômico, sendo por essas atividades remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.145.963,22		4.145.963,22
Benefícios direto e indireto	0,00	918.834,24		918.834,24
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.628.540,68		2.628.540,68
Descrição de outras remunerações fixas		Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.306.661,86		2.306.661,86
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	10.000.000,00		10.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	5,00		7,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	572.639,84	1.954.198,59		2.526.838,43
Benefícios direto e indireto	133.959,51	380.905,37		514.864,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	363.053,66	1.238.961,91		1.602.015,57
Descrição de outras remunerações fixas	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	629.938,25	509.112,27		1.139.050,52
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração variável.	Remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.699.591,26	4.083.178,14		5.782.769,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	7,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00		7,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não é remunerado, porém, os membros do conselho exercem funções de diretores em outras unidades do mesmo grupo econômico, sendo por essas atividades remunerados.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.170.526,39		2.170.526,39
Benefícios direto e indireto	0,00	481.035,13		481.035,13
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.376.113,73		1.376.113,73
Descrição de outras remunerações fixas		Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.207.601,27		1.207.601,27
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	5.235.276,52		5.235.276,52

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	No exercício de 2023 não foi aprovada remuneração para membros do conselho e da diretoria, conforme AGO de 26/05/2023, registrada em 28/06/2023 na JUCESP sob o nº 259.985/23-5.	No exercício de 2023 não foi aprovada remuneração para membros do conselho e da diretoria, conforme AGO de 26/05/2023, registrada em 28/06/2023 na JUCESP sob o nº 259.985/23-5.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8 Remuneração dos administradores

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8 Remuneração dos administradores

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.7 Opções em aberto

8 Remuneração dos administradores

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8 Remuneração dos administradores

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8 Remuneração dos administradores

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.10 Outorga de ações

8 Remuneração dos administradores

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

8.12 Precificação das ações/opções

8 Remuneração dos administradores

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

8 Remuneração dos administradores

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.14 Planos de previdência

8 Remuneração dos administradores

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8 Remuneração dos administradores

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8. Remuneração dos Administradores

8.17 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	*2026*	*2025*	*2024*	*2023*
Conselho de Administração	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
Diretoria Estatutária	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Conselho Fiscal	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este tópico é facultativo para a Companhia, tendo em vista ser registrada na categoria B.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

8.20 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos Administradores

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que todas as informações pertinentes e relevantes a esse tópico foram apresentadas no decorrer dos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**004189**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
08/02/2024	17/01/2024	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria e emissão de relatórios sobre demonstrações financeiras da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
A remuneração bruta dos auditores independentes correspondeu ao montante de R$ 795.592,27.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável, tendo em vista que, desde a constituição da Companhia, o Auditor da Companhia não foi substituído.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9. Auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Os auditores independentes KPMG (KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, 57.755.217/0001-29) foram contratados exclusivamente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia, não havendo a contratação de serviços adicionais que possam caracterizar conflito de interesse ou comprometer sua independência.

9.4 Outras informações relevantes

9. Auditores

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia esclarece que os dados pertinentes e relevantes a este tópico já foram apresentados nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	9	44	0	0	0
Não-liderança	189	465	0	0	0
TOTAL = 707	**198**	**509**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	29	1	17	0	0	5
Não-liderança	5	323	23	227	3	0	73
TOTAL = 707	**6**	**352**	**24**	**244**	**3**	**0**	**78**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	40	11
Não-liderança	191	355	108
TOTAL = 707	**193**	**395**	**119**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	53	0
Não-liderança	5	649	0
TOTAL = 707	**5**	**702**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	12	41	0
Não-liderança	0	0	0	5	649	0
TOTAL = 707	**0**	**0**	**0**	**17**	**690**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	2	15	0	0	0
Sul	196	494	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 707	**198**	**509**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	11	0	2	0	0	3
Sul	5	341	24	242	3	0	75
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 707	**6**	**352**	**24**	**244**	**3**	**0**	**78**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	2	12	3
Sul	191	383	116
Exterior	0	0	0
TOTAL = 707	**193**	**395**	**119**

10.1 Descrição dos recursos humanos

10 Recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.2 Alterações relevantes

10 Recursos humanos

10.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10 Recursos humanos

10.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10 Recursos humanos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

10.5 Outras informações relevantes

10 Recursos humanos

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia esclarece que não há outras informações relevantes para esse tópico.

11.1 Regras, políticas e práticas

11 Transações com partes relacionadas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.	01/04/2025	399.508,36	399.508,36	399.508,36	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Custos referente a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa da IBH I Serviços e Participações S.A., que estão sendo compartilhados entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico de uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela CART na estruturação da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas depesas. Esta transação se deu com base em sua expertise no setor pela CART, histórico de atuação em projetos semelhantes, e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	29/12/2023	3.220.414,10	58.878,35	3.220.414,10	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para regulamentação de ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Todos os valores pagos foram devidamente comprovados, tanto sua realização quanto seu direcionamento para Companhia. Com relação ao apoio administrativo, foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela Eixo SP em apoio na estruturação para início das atividades da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas depesas. Esta transação se deu com base em sua expertise no setor, histórico de atuação em projetos semelhantes, e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	29/12/2023	492.740,07	492.740,07	492.740,07	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Atividades que foram realizadas em benefício da Companhia e da Eixo -SP, que demandaram, por essa razão, a obtenção de ressarcimento. Os critérios foram a efetiva realização de atividades em benefício da Eixo SP e comprovação do pagamento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	29/12/2023	6.858.426,54	901.060,38	6.858.426,54	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas, como departamento pessoal (DP), gestão de fornecedores, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os critérios de rateio são definidos conforme participação percentual da Companhia na estrutura da IBH I Serviços e conforme volume de atividades realizadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	O contrato regula a prestação de serviços compartilhados pela IBH I Serviços à Companhia e a outras concessionárias de rodovias. A contratação da IBH I Serviços traz vantagens como a especialização no setor de concessões rodoviárias, bem como condições equitativas com o mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	29/12/2023	150.962,84	35.210,00	150.962,84	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato com previsão para ressarcimento de gastos administrativos e operacionais, como departamento pessoal (DP), gestão de fornecedores, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os valores são reembolsados mediante nota de débito e comprovante de que a despesa foi incorrida e está relacionada às atividades desempenhadas em benefício da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contrato que regulamenta condições (forma e prazo) de ressarcimento de despesas incorridas pela IBH I Serviços no desempenho de atividades administrativas previstas em contrato próprio. A contratação da IBH I Serviços traz vantagens como a especialização no setor de concessões rodoviárias, bem como condições equitativas com o mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	30/04/2024	31.903,76	31.903,76	31.903,76	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos e operacionais, como departamento pessoal (DP), revisão de contratos, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os valores são reembolsados mediante nota de débito e comprovante de que a despesa foi incorrida e está relacionada às atividades desempenhadas em benefício da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Mesmo contrato do item anterior. No qual também há previsão de ressarcimento de despesas incorridas pela Companhia que possam ter sido também em benefício da IBH I Serviços, razão pela qual a Companhia solicita reembolso. Critérios são de comprovação da realização da despesas e efetivo pagamento pela Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	01/04/2025	861.669,62	861.669,62	861.669,62	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos e operacionais, como departamento pessoal (DP), revisão de contratos, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os valores são reembolsados mediante nota de débito e comprovante de que a despesa foi incorrida e está relacionada às atividades desempenhadas em benefício da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela IBH 34 na estruturação da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas despesas. Esta transação se deu com base em sua expertise no setor pela IBH 34, histórico de atuação em projetos semelhantes, e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	31/01/2024	114.607,96	114.607,96	114.607,96	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Os critérios foram a efetiva realização de atividades em benefício da Eixo SP e comprovação do pagamento. Foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Atividades que foram realizadas em benefício da Companhia e da Infra VII, que demandaram, por essa razão, a obtenção de ressarcimento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Itens ‘n.’ e ‘o.’

11. Transações com partes relacionadas

n) Identificar medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses. Em relação a todos os contratos descritos acima, para tratar questões de conflitos de interesses, a Companhia adota, em adição ao exigido pela legislação vigente, certas práticas de governança corporativa. Neste sentido, a Companhia dispõe Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, descrita no item 11.1 deste Formulário de Referência, que estabelece princípios, diretrizes e regras sobre situações de conflito de interesses que envolvam a Companhia e seus colaboradores com terceiros. Ademais, todas as decisões acerca das operações da Companhia com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração, conforme definido no Estatuto Social da Companhia. Ainda, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações pactuadas com partes relacionadas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência são devidamente formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, sempre tendo como objetivo resguardar os interesses da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 11.2 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, conforme informado no item 11.1 deste Formulário de Referência, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e em atenção às melhores práticas de governança corporativa, todas as transações entre as partes relacionadas estão à disposição dos membros do Conselho de Administração. Vale ressaltar, ainda, que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizados com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes, como o

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

11.3 Outras informações relevantes

11 Transações com partes relacionadas

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia esclarece que os dados pertinentes e relevantes a este tópico já foram apresentados nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
27/12/2023		735.074.410,84
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
735.074.410	0	735.074.410

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
27/12/2023		735.074.410,84
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
735.074.410	0	735.074.410

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
27/12/2023		735.074.410,84
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
735.074.410	0	735.074.410

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12. Capital social e Valores mobiliários

12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia informa que não possui emissão de valores mobiliários, as operações são financiadas pelas próprias receitas de pedágio e/ou aportes de capital pelos acionistas.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável uma vez que a Companhia não possui emissão de valores mobiliários na data base 31 de dezembro de 2025.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12. Capital social e Valores mobiliários

12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Este item não é aplicável uma vez que a Companhia não possui emissão de valores mobiliários na data base 31 de dezembro de 2025.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável uma vez que a Companhia não possui emissão de valores mobiliários na data base 31 de dezembro de 2025.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável uma vez que a Companhia não possui emissão de valores mobiliários na data base 31 de dezembro de 2025.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12 Capital social e Valores mobiliários

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

De acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, este campo é facultativo para emissores registrados na categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

12 Capital social e Valores mobiliários

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Companhia esclarece que os dados pertinentes e relevantes a este tópico já foram apresentados nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Sérgio Ray Santillán	Diretor Presidente
Gilson de Oliveira Carvalho	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
CNPJ/ME no 47.155.252/0001-53
NIRE nº 35.300.596.617

DECLARAÇÃO

Eu, **Sérgio Ray Santillan**, argentino, divorciado, engenheiro, portador do Registro Nacional de Estrangeiros R.N.E. nº V223559-S (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 217.030.218-27, com domicílio para fins da Lei das S.A. na Cidade Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Presidente Faria, nº 181, 10º andar, CEP 80020-290, Presidente da **VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o no. 47.155.252/0001-53, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 12º andar, cj. 1201, Edifício Business Tower, Batel, CEP 80.250-085 ("Companhia"), declaro que:

a. Revisei o formulário de referência da Companhia;

b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20; e

c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

Curitiba, 29 de maio de 2026.

PROJURIS
ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001 que institui a ICP-Brasil.

SERGIO RAY SANTILLAN:21703021827
217.030.218-27

Emitido por: AC VALID RFB v5

Data: 29/05/2026

Sérgio Ray Santillan
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse **https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas**, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".

Código de verificação:
54465e6a-d922-4f60-bb73-f0bc814b57ee

CHAVE:
315EF3B2033EF3C592EF12F232827E77D6E321AF229E94719D9945BB23A4078F

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em “Baixar documento assinado”.

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 29/05/2026 15:20 (BRT).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_13.1Declaracaododiretorpresidente_vf.pdf
Algoritmo: SHA256
Hash: 30281B9C3CD8BC4D9D6DCBFB3E5409E6D95EE9873677EB2A7F9DE20E274A2627
Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- O documento é autêntico e não foi adulterado.
- Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 29/05/2026 15:20 (BRT).

Sergio Santillán
- **Data da assinatura:** 29/05/2026 11:55 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
  - **IP:** 200.150.116.130
  - **Email:** sergio.santillan@eixosp.com.br

SERGIO RAY SANTILLAN:21703021827
- **Data da assinatura:** 29/05/2026 11:55 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
  - **Tipo do certificado:** A1
  - **Emitido por:** SERGIO RAY SANTILLAN:21703021827
  - **Validade:** 04/05/2026 10:33 (BRT) - 04/05/2027 10:33 (BRT)
- **Situação:**
  - Assinatura íntegra
  - Certificado válido

13.1 Declaração do diretor presidente

- ✅ Identidade reconhecida
- ✅ Assinatura Eletrônica Qualificada
- ✅ A assinatura esta de acordo com a sua política
- ✅ Carimbo válido

- **Carimbos:**
  - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
    - **Data e hora:** 29/05/2026 11:55 (BRT)
    - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT Bry 50151
    - **Situação:** Válido

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
CNPJ/ME no 47.155.252/0001-53
NIRE nº 35.300.596.617

DECLARAÇÃO

Eu, **Gilson de Oliveira Carvalho**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.237.510 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 063.255.958-66, com domicílio para fins da Lei das S.A. na Cidade Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Presidente Faria, nº 181, 10º andar, CEP 80020-290 Diretor de Relações com Investidores da **VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o no. 47.155.252/0001-53, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 12º andar, cj. 1201, Edifício Business Tower, Batel, CEP 80.250-085 ("Companhia"), declaro que:

a. Revisei o formulário de referência da Companhia;

b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20 e

c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

Curitiba, 29 de maio de 2026.

PROJURIS
ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001 que institui a ICP-Brasil

GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866
063.255.958-66

Emitido por: AC VALID RFB v5

Data: 28/05/2026

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

bry confiar para transformar

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse **https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas**, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".

Código de verificação:
67e316ad-21a0-4391-800a-9b94d6a0722c

CHAVE:
085EC048A6FFF754467535C26C6DCBCE8EF399A3D0BE9D5DD45117E163E176FE

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em “Baixar documento assinado”.

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 29/05/2026 08:47 (BRT).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_13.1Declaracaododiretorderelacoescominvestidores_vf.pdf
Algoritmo: SHA256
Hash: 0EBB19A92A6277F51FFE0E10B82619E8DA18AEB6EDD06558ED9F95C75DF36569
Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- O documento é autêntico e não foi adulterado.
- Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 29/05/2026 08:47 (BRT).

GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 18:08 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
  - **Tipo do certificado:** A3
  - **Emitido por:** GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO:06325595866
  - **Validade:** 09/12/2024 17:28 (BRT) - 10/12/2027 17:28 (BRT)
- **Situação:**
  - Assinatura íntegra
  - Certificado válido
  - Identidade reconhecida
  - Assinatura Eletrônica Qualificada
  - A assinatura esta de acordo com a sua política
  - Carimbo válido
- **Carimbos:**
  - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
    - **Data e hora:** 28/05/2026 18:08 (BRT)

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

- **Emitido por:** SERVIDOR BBC/ARIMBO DO TEMPO ACT Bry 50110
- **Situação:** Válido

Gilson de Oliveira Carvalho

- **Data da assinatura:** 28/05/2026 18:08 (BRT).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
  - **IP:** 186.206.254.199
  - **Email:** gilson.carvalho@ibhservicos.com.br
  - **Geolocalização:** -19.96718828541271, -43.96750402037325

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.